

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 27

(Sem revisão final)

14 de março de 2019

(17 h 16 m – 19 h 52 m)

Ordem do dia:

Audição da Dr.ª Helena Fazenda, Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna.

Presidente da Comissão: Filipe Neto Brandão

Deputados:

Diogo Leão (PS)

João Vasconcelos (BE)

António Carlos Monteiro (CDS-PP)

Jorge Machado (PCP)

Rui Silva (PSD)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito boa tarde. Vamos dar início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar ocorrido em Tancos.

Eram 17 horas e 16 minutos.

Hoje, temos connosco a Sr.^a Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, Dr.^a Helena Fazenda, cuja presença agradeço e cumprimento.

Tive oportunidade de perguntar à Sr.^a Secretária-Geral se pretendia exercer a sua prerrogativa de proferir uma intervenção inicial, mas disse-me não pretender fazê-lo, pondo-se de imediato à disposição das Sr.^{as} e Srs. Deputados para as questões que lhe queiram colocar.

Assim sendo, nos termos regimentais, compete hoje ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista e ao Sr. Deputado Diogo Leão iniciar a inquirição.

Sr. Deputado, cumprimento-o e dou-lhe de imediato a palavra, com a certeza de que, nesta ronda, tem até 8 minutos para formular as questões.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dr.^a Helena Fazenda, na sua qualidade de Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, quero cumprimentá-la, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e agradecer a sua presença e reconhecer aqui o papel que pode ter para prestar os esclarecimentos que esta Comissão de Inquérito julgue necessários.

Uma primeira questão que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que poderia ser mais bem esclarecida, independentemente de a Sr.^a Secretária-Geral já ter estado presente na Comissão de Defesa Nacional e ter falado também deste tema e, especificamente, deste apontamento, é a

questão que nos remete para a forma como a Sr.^a Secretária-Geral teve conhecimento do furto em Tancos, que, como transmitiu em audição à Comissão de Defesa Nacional, foi, julgo, através da comunicação social.

Perguntava à Sr.^a Secretária-Geral se confirma que assim foi e qual é a explicação que nos pode apresentar para justificar o facto de ter tido conhecimento deste incidente de Tancos, através das notícias, no dia seguinte ao assalto.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda** (Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna): — Permita-me, Sr. Presidente, que o cumprimente, assim como os Srs. Deputados.

Muito obrigado, Sr. Deputado Diogo Leão, pela questão. Eu confirmo, completa e integralmente, e sem reservas, que efetivamente tomei conhecimento do furto aos Paióis Nacionais de Tancos através da comunicação social. Fui alertada por um membro do gabinete, após o comunicado do dia 29 e foi nessas circunstâncias que tomei conhecimento.

Quanto à explicação para o caso, francamente tenho de dizer, de uma forma muito, muito clara, que o que me preocupou imediatamente foi o ocorrido e delinear todo um conjunto de procedimentos para que, na minha qualidade de Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, pudesse acionar todos os mecanismos necessários para se proceder àquilo que poderiam ser os impactos e a projeção em termos de segurança interna.

Se eu sei que essa questão foi, de alguma maneira, empolada, naturalmente que eu, em qualquer sítio e particularmente na Assembleia da República, não omito absolutamente nada, nem escamoteio qualquer circunstância que não tenha a ver com a verdade dos factos — e essa foi a verdade dos factos.

Presumo que, depois, as preocupações poderão estar inerentes a saber por que razão umas circunstâncias destas e uns factos desta natureza não

foram comunicados por outros canais. Essa é uma questão que até esta Comissão poderá, em termos de recomendações, direcionar para que esses canais funcionem.

Há aqui uma questão que penso ser importante sublinhar. Não me parece que, a partir dessa circunstância, se possa retirar a ilação de que os canais de coordenação, ou de comunicação, ou de agilização entre entidades, com responsabilidades diretas ou indiretas, não funcionem. Penso que até é um pouco injusto retirar essa ilação.

Em suma, de facto, soube pela comunicação social — em momento algum, ponho isso em causa, foi a verdade dos factos. A preocupação imediata foi saber como equacionar todas as circunstâncias para que efetivamente se pusessem em marcha todos os mecanismos que tivessem a ver com aquilo que poderia ser a projeção desse facto na segurança interna, respeitando todas as competências das entidades envolvidas, mas com o registo de que o papel da Secretária-Geral no caso é o da coordenação. E, institucionalmente, não questionei o outro lado da questão, que foi o seguinte: mas por que razão não me chegou a informação por outra via?

A partir do momento em que soube, a minha preocupação foi, imediatamente e ao abrigo do artigo 35.º da Lei de Segurança Interna, entrar em contacto com a entidade que é o interlocutor direto do Secretário-Geral, em termos de articulação operacional, que é o Sr. Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, o Sr. General CEMGFA.

Não sei se respondi completamente à questão do Sr. Deputado, mas foi isto rigorosamente que se passou.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Agradeço a sua exposição. Enfim, nesta questão, independentemente da forma como a Sr.^a Secretária-Geral foi informada diretamente, queria ir de forma mais abrangente às várias entidades que fazem parte do Sistema de Segurança Interna. É que várias

notícias na comunicação social ao longo deste ano deram conta de que, no próprio dia 29 de junho de 2017, por volta das 10 horas da manhã, existiu uma reunião do SISMIL (Sistema de Informações do Serviço Militar) antes de a informação ter sido comunicada à imprensa pelo Exército, reunião na qual estiveram alegadamente presentes e representadas forças policiais e os serviços de informações, que fazem parte do Sistema de Segurança Interna.

Por isso, perguntava à Sr.^a Secretária-Geral se considera que, de certa forma, o Sistema de Segurança Interna também esteve representado nesta reunião e se, nomeadamente, os serviços de informações deviam ter passado diretamente à Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, ou através do Secretariado Permanente do Gabinete Coordenador de Segurança (GCS), esta informação.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado, muito obrigada pela questão que coloca.

Nessa reunião, que terá ocorrido na manhã do dia 29 e penso que quase em simultâneo, pelo menos, uma parte da reunião há de ter coincidido, com o comunicado do Sr. General CEME (Chefe do Estado-Maior do Exército), não esteve nenhum representante da Secretária-Geral e do Gabinete da Secretária-Geral. Naturalmente, terão estado entidades — não lhe posso dizer quais — que integram o Sistema de Segurança Interna.

De facto, o Sistema é um conjunto constituído por várias partes e, estando uma qualquer entidade policial ou os serviços de informações, naturalmente que esteve lá uma entidade que integra o Sistema, não representante do órgão Secretário-Geral. Portanto, por aí, também não tive nenhuma informação.

Mas também gostava de precisar perante esta Comissão que esse preciso dia 29 de junho de 2017 coincide com uma quinta-feira e, às quintas-feiras, a UCAT (Unidade de Coordenação Antiterrorismo), que é uma

unidade que trabalha em permanência (e, em permanência, quer, de facto, dizer isto), reúne, ao nível operativo — precisamente todas as quintas-feiras —, entre as 10 horas da manhã e normalmente as 13 horas ou 13 horas e 30 minutos.

E nessa reunião, em que estão representantes daquilo a que normalmente chamo os sete parceiros UCAT — quais sejam a Guarda Nacional Republicana (GNR), a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Polícia Judiciária (PJ), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), ambos os serviços de informações, o SIS (Serviço de Informações de Segurança) e o SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa) e também a Polícia Marítima —, em momento nenhum dessa reunião da UCAT, o assunto de Tancos foi aflorado.

Portanto, permito-me concluir, e presumo que não de forma precipitada, que nenhum dos representantes das entidades que integram a UCAT tivesse conhecimento do que se tinha passado no dia anterior.

Mas, já agora, ao nível dos princípios, se me permite, Sr. Deputado, gostaria de dizer o seguinte: é óbvio que a Secretária-Geral, o Sistema e todas as entidades que o integram e, sobretudo, aquelas que mais diretamente trabalham ao nível da segurança interna, têm, penso eu, feito um investimento e um esforço e julgo que os níveis de confiança hoje são notáveis e são de notar, a vários títulos e com várias consequências — e consequências no sentido de trabalho integrado para a segurança interna.

Mas gostaria de referenciar este princípio geral: a responsabilidade de partilhar informação é do respetivo dono, é de quem a detém. Este é um princípio básico na interligação e na articulação entre as forças e os serviços de segurança e as diversas entidades que integram o Sistema.

De facto, nós fazemos o que está ao alcance todos os dias e é um investimento muito grande todos os dias, para olear os mecanismos da troca e da partilha da informação.

Agora, este investimento que se faz, a criação de mecanismos mais ágeis, que permitam o diálogo permanente, a troca de informação, muitas vezes detalhada e operativa, não desresponsabiliza ou não substitui o «dono da informação», permita-me a expressão, ao nível de ter a responsabilidade de partilhar a informação que detém.

E aqui há um outro princípio que tem de se articular com este, que é a necessidade de conhecer. Perante umas circunstâncias destas, naturalmente que os órgãos do Sistema, e dos vários sistemas que, por sua vez, integram o Sistema de Segurança Interna, tinham necessidade de conhecer. Mas a responsabilidade é de quem detém a informação.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Considera, então, que, da parte das Forças Armadas, eventualmente, da parte do Exército, poderia ter havido um dever de informar o Sistema de Segurança Interna e as entidades policiais, antes de ter sido feito o anúncio público?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado, penso que não é o meu papel, nem é o meu registo, avaliar, a esse nível, o comportamento da entidade A, B ou C, no caso concreto, a entidade a que o Sr. Deputado se refere, isto é, as Forças Armadas. É que, como lhe digo, e repito perante esta Comissão, eu penso, reflito e analiso todos estes mecanismos de comunicação.

Mas no momento em que eu tenho, pela primeira vez, conhecimento, nas circunstâncias que referi, com toda a frontalidade, verdade e transparência, a minha preocupação foi não a jusante mas a montante e foi a seguinte: o que é que agora tem que se fazer, o que é que agora se deve fazer, o que é que é imprescindível fazer, para que possamos estar em condições — todos! — de não só avaliar como de tomar as medidas que forem adequadas, necessárias e proporcionais para que, face a esta circunstância

que aconteceu, as instituições do Estado possam reagir em conformidade? Esta foi a minha preocupação.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Alguma vez teve conhecimento de qualquer indício ou de qualquer risco de assalto, de furto, de roubo a instalações militares, no nosso País, antes do ocorrido em Tancos?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Não, Sr. Deputado. Mas, em sede das unidades e das plataformas de funcionamento do Sistema de Segurança Interna e previamente à ocorrência do furto de Tancos, não foi partilhada qualquer informação a respeito da probabilidade, da possibilidade de uma denúncia, fosse ela de que natureza fosse, relacionada com qualquer possibilidade de um furto em instalações militares ou de armamento militar.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Também não teve conhecimento da existência da abertura de nenhum processo por parte do Ministério Público neste mesmo âmbito, isto é, no do risco de um potencial furto ou ataque a instalações militares?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — O Sr. Deputado refere-se ao antes de Tancos? Como referi, antes, não. Depois, sim, tive conhecimento, até porque foi matéria falada concretamente numa reunião de 5 de julho, que ocorreu nas instalações do Sistema de Segurança Interna, uma reunião alargada. E aí falou-se e referenciou-se a existência de um processo mais antigo, mas creio que também do ano de 2017. Aqui peço desculpa, mas não posso precisar porque, como os Srs. Deputados sabem, a Secretária-Geral tem naturalmente competências ao nível da coordenação das forças e serviços de segurança e também enquanto órgãos de polícia criminal, mas é uma competência de coordenação que tem limites legais.

A LOIC (Lei de Organização da Investigação Criminal) di-lo claramente: tem competências, sem prejuízo das competências do Ministério Público. Não quero com isto dizer que, quando se abre uma investigação criminal, aquilo que tem a ver com a segurança interna estanca, absolutamente.

Naturalmente que a questões que me serão colocadas, terei oportunidade... Enfim, posso já avançar que, de facto, para mim é muito claro que, sem prejuízo do que é a dinâmica de investigação criminal e a conjuntura internacional, europeia, em particular, e também, digamos, a dinâmica e o avanço que as instituições têm tido, lá vai o tempo em que tudo se circunscrevia à investigação criminal.

Hoje, naturalmente, a par da investigação criminal, nomeadamente no que tange a matérias como esta, com o que tem que ver com os comportamentos que levaram a apropriação de material e armamento militar, tem de haver preocupação e uma intervenção a nível da avaliação da ameaça. Essa foi a preocupação, sem prejuízo de se facilitar e estimular todas as entidades para que, de facto, nada falhe na investigação criminal e para que possamos, porque devemos, agir no âmbito da avaliação da ameaça em consequência deste facto concreto.

Portanto, estes são os mecanismos que se puseram em marcha para se salvaguardarem todas as frentes. É esta conjugação que tem de ser feita com a tranquilidade própria que se possa ter em momentos de pressão, porque acho que, de facto, devemos consegui-lo, para também ter o discernimento próprio para pôr em funcionamento um conjunto de mecanismos necessários.

Pedindo desculpa por este parêntesis e voltando à sua questão, as funções do Secretário-Geral têm essa limitação em termos de coordenação dos órgãos de polícia criminal e no âmbito do inquérito, o que não quer dizer

que o Secretário-Geral fique à espera do que se passa no inquérito. No fundo, era isto aquilo que, muito pragmaticamente, queria transmitir.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Tendo em conta a gravidade do sucedido, e por gravidade entenda-se também que, naqueles dias, se sabia que tinha havido uma intrusão em instalações militares, que tinha havido o furto de determinado material — não sei até que ponto se sabia da extensão do material em causa e da sua tipologia —, mas não se sabia, de facto, o contexto. Era para isso que se confiava, também, nos órgãos da República, para poderem analisar os riscos e dimensionar justamente, no imediato, as suas consequências ou eventuais consequências.

Por que razão a reunião da Unidade de Coordenação Antiterrorismo, para abordar especificamente a questão de Tancos, foi marcada para o dia seguinte, para dia 30, salvo erro, e não logo no dia 29, quando a Sr.^a Secretária-Geral teve conhecimento dos factos?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado, como já tive oportunidade de referir a Unidade de Coordenação Antiterrorismo funciona em permanência. É a lei que o diz e funciona, efetivamente, em permanência. Por isso há canais de comunicação entre todas as entidades que integram a UCAT, os chamados «parceiros UCAT» e há vias de comunicação seguras de troca e de partilha de informação.

A UCAT não se reconduz, no seu funcionamento, às reuniões físicas à volta de uma mesa. O seu funcionamento é permanente, é contínuo e assegura toda a troca e toda a partilha de informação, para além das outras duas funções que a lei, atualmente, também lhe atribui e depois de 2015.

No que se refere concretamente a esta matéria, o funcionamento da UCAT tem esta permanência e, também, implica, e implicou em concreto, quer sob o chapéu da UCAT, quer no que são as funções de coordenação do

Secretário-Geral, um conjunto muito alargado de contactos, de reuniões, de uma dinâmica bastante intensa com os parceiros UCAT, tendo como primeiro ponto de contacto o Sr. Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, como há pouco disse.

O Sr. General CEMGFA, no dia 29 — o comunicado é do fim da manhã — estava em Bruxelas, eu tentei contactá-lo, apercebi-me depois, e confirmei-o, que, efetivamente, estava com o Sr. Ministro da Defesa, creio, numa reunião da NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e deixei mensagem, porque, de facto, temos estes canais agilizados.

No fim do dia, o Sr. General CEMGFA teve a cortesia de me contactar e eu disse-lhe que era necessário que tudo isto fosse avaliado, que fosse disponibilizada a informação que já pudesse estar reunida. O Sr. General fez, também, o favor de me confirmar que a Polícia Judiciária Militar já tinha estado no local.

Já eram umas horas avançadas e, no outro dia de manhã, posso precisar ao Sr. Deputado, porque me recordo e tenho apontamentos pessoais de agenda sobre isso, que, antes das 8 horas e 30 minutos, estava a estabelecer um conjunto muito alargado de contactos com a Procuradoria-Geral da República, com a Polícia Judiciária, outra vez com o Sr. General CEMGFA, com quem reuni pessoalmente.

Por seu turno, a Procuradoria-Geral da República e a Polícia Judiciária também estavam em reuniões bilaterais e com a Polícia Judiciária Militar. Contactei todos os parceiros da UCAT e, de facto, a reunião ocorreu às 6 horas da tarde de sexta-feira, porque, por um lado, havia um conjunto de atividades que estavam em marcha e que implicavam diversos parceiros, cujos representantes iriam estar na reunião e, por outro lado, foi preciso tempo também.

Fui eu quem fez a convocatória de todos os parceiros e de alguns representantes que não estavam em Lisboa e que, enfim, mandaram os

diretos-adjuntos, por exemplo, ou os segundos comandantes. E é neste enquadramento e nesta conjuntura que a reunião acontece no dia 30, sexta-feira, creio que foi mesmo às 18 horas e 30 minutos, e penso que terminou entre as 20 horas e as 20 horas e 30 minutos.

Esta é a explicação. Esta é a verdade completa, linear e não foi só a reunião que aconteceu para discutir isto. Durante todo um dia, e na véspera, houve contactos estabelecidos acerca de Tancos.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Esta reunião de dia 30 certamente terá sido importante, independentemente de cada entidade estar a fazer o seu trabalho, dessa troca constante de informações que o próprio sistema assegura e desses canais estarem devidamente agilizados, como a Sr.^a Secretária-Geral aqui nos explicou. Nada como juntar os responsáveis pelas entidades a uma mesa e fazer, no fundo, essa reflexão e essa análise.

Perguntava à Sr.^a Secretária-Geral quem marcou presença na reunião, o que lhe foi relatado, qual a gravidade que a maioria das entidades e a UCAT, no geral, atribuíram à situação.

Aproveitava para lhe perguntar, também, se foi levantada a hipótese, nessa reunião, de este incidente estar ligado a organizações terroristas internacionais. Foi feito algum enquadramento que pudesse levar a pensar, à época, que podia tratar-se de um crime de terrorismo? Quem levantou essa hipótese? E em que grau foi também secundada pelas restantes entidades, isto é, que sustentação é que essa hipótese, de facto, obteve? Que outras hipóteses foram levantadas na reunião, nomeadamente no final? Qual a hipótese que acha que foi mais consensual e mais unânime? Qual foi a linha que passou a ser mais seguida ou seguida com mais atenção e prioridade por parte da UCAT?

Já agora, também nos foi aqui dito, pelo Sr. Dr. Júlio Pereira, ex-Secretário-Geral do SIRP (Sistema de Informações da República

Portuguesa), que ouvimos esta semana aqui, que, desde muito cedo, nas ocorrências, a tese principal que se adotou foi a de que se trataria, pelos contornos conhecidos à época da ocorrência, de algo possivelmente mais ligado ao tráfico de armas, mais ligado ao crime organizado, com uma componente mais nacional do que propriamente internacional.

Inclusivamente — ouvimo-lo todos esta semana — disse-se que este foi um crime, de certa forma, de oportunidade e, talvez, muito voltado para uma hipótese de fornecimento de material a cenários de conflito, a cenários secundários, nomeadamente africanos. Perguntava-lhe se conhece esta tese, naturalmente, e qual a opinião que tem.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado, sobre quem estive na reunião, digo-lhe que esta comissão pediu a ata da reunião, solicitou-a e esta foi enviada imediatamente. Já agora transmito que todos os parceiros foram ouvidos relativamente ao envio, no sentido de saber se havia alguma matéria que... Não houve qualquer tipo de oposição, como eu própria sempre defendi, ao facto de fornecer à comissão a ata.

Quem estive na reunião, para além dos parceiros UCAT, portanto aqueles que há pouco referi, foi o Sr. Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas, que convidei. Aliás, na reunião que tinha tido, ao início da tarde, com o Sr. Chefe de Estado-Maior que, na altura, já estava na posse de mais e melhores elementos relativamente ao material furtado, estiveram, também, representantes da Sr.^a Procuradora-Geral, com quem falei, nesse dia, várias vezes, nomeadamente o Sr. Diretor do Departamento Central de Investigação e Ação Penal à época, o Dr. Amadeu Guerra, e também os dois Srs. Procuradores da República titulares do inquérito que, entretanto, já tinha sido instaurado e cuja competência já tinha sido atribuída ao DCIAP (Departamento Central de Investigação e Ação Penal).

Depois, estiveram, também, o Sr. Dr. Júlio Pereira... Peço desculpa, o Sr. Dr. Júlio Pereira não esteve nesta reunião, esteve depois na reunião do dia 5, mas estiveram os serviços que coordenava e tutelava. Estiveram, também, a GNR (Guarda Nacional Republicana), a PSP (Polícia de Segurança Pública), a PJ (Polícia Judiciária), o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), o SIS (Serviço de Informações de Segurança), o SIED (Serviço de Informações Estratégicas de Defesa) e a Polícia Marítima.

De facto, discutiram-se abertamente dois objetivos muito concretos que fundamentaram esta reunião, primeiro, era preciso refletir em conjunto, agilizar aqui mecanismos de troca de informação, através daquele que entendi ser o mecanismo mais ágil, a UCAT — a Unidade de Coordenação Antiterrorismo —, pelo facto de ser a um nível que, depois, tem dois patamares que classificaria como «operacional».

Portanto, íamos discutir através de uma via e de um mecanismo que a lei atribui, define e que permite, com rapidez e celeridade, fazer esta avaliação. Íamos, de facto, discutir, refletir e trocar informação sobre tudo aquilo que pudesse estar relacionado com esta circunstância e que permitisse aqui identificar quadros relacionados com a segurança interna, sendo certo que era claro, pois deriva e resulta da lei, que a avaliação do grau de ameaça é da competência do Serviço de Informações de Segurança que, a esse nível, naturalmente, realiza a avaliação do grau de ameaça com base no conhecimento e nas informações que recolhe junto dos seus congéneres, em cooperação com o SIED e com os órgãos de informações das demais forças e serviços de segurança.

É isto que estipula o Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança. É este o mecanismo. Portanto, íamos reunir-nos todos para, de facto, perceber, trazer, partilhar aquilo que podia, realmente, ter projeção a nível da segurança interna, considerando o quadro e a conjuntura.

O segundo aspeto que me parece também muito importante e que, naturalmente, funcionou aqui, se me permitirem a expressão, numa lógica de vasos comunicantes, é que estava uma investigação criminal já aberta. A investigação criminal estava aberta, instaurada, com o chamado número único de investigação criminal atribuída, o chamado NUIPC (número único identificador de processo crime), e, nessa tarde, tinha sido decidido pelas entidades próprias, a autoridade judiciária, o Ministério Público, com o órgão de polícia criminal que veio a ser designado para a investigação criminal, instaurar um inquérito por crime de furto, organização criminosa e, também, terrorismo.

O que foi explicado e discutido nessa reunião foi que, efetivamente, este enquadramento jurídico foi feito para que várias linhas de investigação alargadas pudessem ser contempladas, por um lado. Por outro lado, esta qualificação jurídica, abrindo várias linhas de investigação, como os Srs. Deputados sabem, nomeadamente nos termos do Código de Processo Penal, permite, de facto, um conjunto alargado de meios de obtenção de prova, como seja, por exemplo, as buscas domiciliárias durante a noite, sem autorização do juiz de instrução criminal, a intervenção de... Enfim, há uma panóplia de meios processuais ao dispor a partir desta qualificação jurídica.

Esta qualificação jurídica também define imediatamente — e este é um dos assuntos discutidos também na reunião — a competência do Departamento Central de Investigação e Ação Penal, bem como do departamento do Ministério Público, que, por seu turno, delega na Polícia Judiciária. Isto é feito quer nos termos do estatuto do Ministério Público, concretamente do artigo 47.º, quer nos termos da Lei de Organização da Investigação Criminal que atribui à Polícia Judiciária a competência para o terrorismo, quer, concretamente, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 42/2009, que define as competências das unidades dentro da Polícia

Judiciária, atribuindo especificamente à Unidade Nacional Contra Terrorismo a competência para esta investigação.

Estas duas vertentes foram discutidas. Foi também assumido o compromisso de que tudo aquilo que os outros intervenientes, os outros parceiros, pudessem identificar de útil para a investigação deveria ser canalizado para a investigação, tal como se a investigação identificasse algum dado objetivo que contendesse com a segurança interna, também esse dado deveria, enfim, passar e ser partilhado em sede própria. Lá está a responsabilidade de quem tem a informação face à necessidade de conhecer.

Hoje, penso que todas as entidades têm, e na altura também já tinham, muita consciência deste dever que dimana, de facto, de hoje termos uma UCAT e de ser partilhada a informação útil.

Relativamente às questões daquilo que foi identificado como a maior probabilidade, efetivamente, em termos de terrorismo, não se identificava nenhum... Pese, embora, esta qualificação jurídica, acho que não há aqui contradição, porque, de facto, estamos a falar em termos de segurança interna e estamos a falar em termos da qualificação jurídica para abrir linhas de investigação na área da investigação criminal, na área da intervenção das autoridades judiciais e da responsabilidade e daqueles princípios de que a investigação criminal tem de definir: quem?, quando?, onde?, como? e porquê?.

Mas, em relação àquilo que resultou, efetivamente, a tese do terrorismo... Enfim, não estavam identificados, não havia dados, não havia indícios de que houvesse um quadro de ligações ao terrorismo e, por via disso, que o grau de ameaça de moderado relativamente ao terrorismo tivesse de sofrer alguma alteração.

Foi colocada a questão do crime organizado em termos de tráfico de armas, mas, fundamentalmente, todos os parceiros foram unânimes e concordaram em, dentro da sua autonomia técnica e tática, tomar as medidas

necessárias, independentemente de não haver aqui uma situação que implicasse alteração do grau de ameaça.

Mas concordaram em tomar todas as medidas, de acordo com as suas competências, ou em reforçar medidas em locais mais sensíveis, em pontos de passagem permitidos em termos de fronteiras terrestres, aéreas e também o policiamento ou o controlo de zonas adjacentes às zonas militares, da competência da GNR — controlos inopinados.

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) imediatamente referenciou que, de facto, tendo enorme conhecimento da comunidade estrangeira, poderia naturalmente reforçar as suas medidas e a recolha de conhecimento que pudesse ser interessante e pudesse ter utilidade.

A PSP também tomou medidas e, depois, numa reunião posterior, vieram de facto a identificar que, inclusivamente em termos de circulação de explosivos, houve uma suspensão durante alguns dias.

A ideia foi, de facto, trabalhar estas duas áreas, assegurar que todos os parceiros, em termos de investigação criminal e das autoridades judiciais, estavam ali reunidos no sentido de determinar, de facto, que esta política de vasos comunicantes deveria, efetivamente, existir no caso de serem identificados indícios com interesse. Mas o quadro do terrorismo não foi, de todo, de forma nenhuma, e os Srs. Deputados têm a ata, não foi de forma nenhuma o quadro de possibilidades que se colocou.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Sabemos, e a Sr.^a Secretária-Geral também aqui já referiu, que o SIS (Serviço de Informações de Segurança) é a entidade nacional para avaliar o grau de ameaça sobre o território nacional. Para efetuar essa avaliação, recorre naturalmente às mais diversas fontes e em articulação também com as entidades que a Sr.^a Secretária-Geral referiu.

Concordou com os critérios que levaram à não alteração do grau de ameaça? Na opinião da Sr.^a Secretária-Geral, justificou-se, em algum

momento, devido ao ocorrido em Tancos ou devido ao que, à época, se conhecia sobre o ocorrido em Tancos, a alteração do grau de ameaça perante estes indícios?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, pela pergunta.

Quem é competente para avaliar o grau de ameaça é o SIS. A lei di-lo e assim é. A obrigação das outras entidades é, de facto, colaborar, canalizar todas as informações disponíveis para que o SIS possa cumprir esta sua missão essencial à segurança interna e na articulação com as congéneres do espaço europeu e, também, do espaço internacional, mais alargado. Efetivamente, sem o grau de ameaça e sem dispormos da avaliação da ameaça, dificilmente poderemos garantir a segurança interna em tudo aquilo que lhe diz respeito.

Mas, relativamente ao grau de ameaça, em Portugal estão estabelecidos cinco graus de ameaça. Começa no cinco, que é reduzido, o quatro é moderado, o três é significativo, o dois é elevado e o um é imediato. A ameaça, para ser avaliada, difere do risco, naturalmente.

Quando falamos de risco, é uma coisa, quando falamos de ameaça, é outra. O risco funciona com quadros de probabilidades, de possibilidades, muitas vezes de incerteza, o que, de facto, leva a que as forças e serviços de segurança definam em planeamento um conjunto de medidas para fazer face àquela situação de probabilidade, de possibilidade. Quando falamos de ameaça, estamos a falar mais no concreto.

Temos aqui um conceito que tem uma relação direta com uma pessoa, que pode ser uma pessoa individual, pode ser uma organização criminosa, pode ser um conjunto de pessoas, que podem ter maior ou menor capacidade, maior ou menor possibilidade de concretizar uma vontade, de concretizar uma intenção. São estes...

Portanto, não posso responder à pergunta do Sr. Deputado dizendo se concordo ou se não concordo. O que sei é que necessitamos todos do trabalho que o SIS faz a este nível de avaliação do grau de ameaça e necessariamente com estas coordenadas, porque quando o SIS diz que se mantém, tem-lo dito ao longo do tempo todo depois dos acontecimentos de Tancos.

Relativamente ao grau de ameaça, no que respeita ao terrorismo, ele é moderado, tal como o grau de ameaça geral. É moderado, e ainda bem para Portugal! Porque, de facto, é um bem, é um ativo de que todos devemos orgulhar-nos muito e trabalhar afincadamente para que ele se mantenha.

Bem vejo, muitas vezes, em muitos fóruns, nomeadamente na União Europeia, a angústia de muitos colegas quando têm de partilhar incidentes de cariz terrorista, que, muitas vezes, têm um certo cuidado até de os qualificar como tal, porque o alarme que daí decorre é uma realidade. E, de facto, há situações de dramas imensos que se têm passado na Europa.

Mas, quando falamos do grau de ameaça moderada, o que é que isto, efetivamente, quer dizer?! Quer dizer que as organizações ou as pessoas singulares em condições de executar uma determinada ação não dispõem de meios técnicos, não dispõem de logística, não dispõem de meios humanos, não dispõem de treino, inclusivamente, para levar a cabo a intenção que podem ter. É isto que está em causa no grau de ameaça, que é completamente diferente do risco.

Quando lidamos com estes quadros de grau de ameaça, e a avaliação da ameaça é permanente, gostava muito de frisar este aspeto, a avaliação da ameaça processa-se em permanência, e quando o SIS nos diz que o grau de ameaça relativamente ao terrorismo em Portugal é um grau moderado, estamos a dizer isto. Pode haver pessoas, organizações que tenham uma intenção, mas não têm capacidade, não têm possibilidade, por carência de um conjunto de circunstâncias, para levar a cabo determinada ação.

Desde o início foi dito isso relativamente a Tancos. Foi dito que, em Portugal, não existiam organizações em condições, de facto, de levar a cabo uma atividade, relacionada com Tancos, que tivesse relação com o terrorismo.

Este é o grau de ameaça e, naturalmente, enquanto Secretária-Geral, a avaliação da ameaça dos Serviços de Informações e Segurança é fundamental para a gestão, diria, do dia a dia, do nosso quotidiano.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Sr.^a Secretária-Geral, teve alguma vez acesso à lista de material furtado ou isso pertenceu em exclusivo à investigação criminal?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado, uma das razões inerentes à tal reunião do dia 30 foi que, nesse momento, o Sr. General, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas já tinha consigo uma lista de material, que transmitiu à Polícia Judiciária logo ali e todos os parceiros identificaram a necessidade de ela ser mais precisa relativamente a números de série, portanto, uma maior especificação do material.

Isto porquê? Porque, naturalmente, foi identificado que imediatamente a lista do material tinha de ser difundida por todas as plataformas e sistemas de informação quer ao nível militar, quer ao nível das forças e serviços de segurança, quer ao nível da cooperação internacional.

E ao nível da cooperação internacional estou a falar concretamente no Gabinete Nacional SIRENE, que opera com o Sistema SIS/Schengen, portanto, aquela medida compensatória que todos sabem que foi instituída depois da abolição das fronteiras internas, quer ao nível da Europol, quer ao nível da Interpol, porque independentemente de se tratar de sistemas de natureza europeia, internacional, qualquer elemento de uma força ou serviço de segurança que pudesse fazer um controlo em território nacional e que se

confrontasse com uma carrinha com material desta natureza, imediatamente tinha a possibilidade de, consultando o Sistema SIS II, saber se este era o material furtado em Tancos. Portanto, esta preocupação foi imediata.

Respondendo concretamente à sua questão, depois desta reunião, o Sr. General CEMGFA, de facto, complementou a lista, que foi enviada à Polícia Judiciária e foi partilhada por todos os parceiros UCAT que ficaram na posse da lista precisamente para que nas suas ações de controlo, fiscalização e reforço todas as frentes pudessem estar contempladas e pudéssemos aqui, de alguma forma, fechar este círculo.

Esta lista foi partilhada na UCAT uma hora mais tarde, já noite, e nessa mesma noite foi completamente inserida, através dos operadores do Gabinete Nacional SIRENE, no Sistema SIS II. Isto é, toda a gente, entenda-se todas as entidades policiais ficaram com acesso a esta informação.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Sr.^a Secretária-Geral, em outubro de 2017, o Exército dá nota ao País da recuperação do material furtado. A certa altura veio a público que parte do material poderia continuar desaparecido. A Sr.^a Secretária-Geral sabe se o material que está eventualmente em falta pode constituir perigo para a segurança interna?

Sabemos, naturalmente, que dadas as suas características, tem um potencial de perigosidade como tem qualquer munição ou arma. Mas pergunto-lhe concretamente se, no âmbito das atribuições da Secretária-Geral ou da UCAT, estas questões foram analisadas e a conclusão chegou.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado, foram analisadas, naturalmente, com muito cuidado, com muito detalhe e o que lhe posso dizer é que neste momento a investigação ainda não está finda e esperamos que ela nos conduza também ao esclarecimento desta questão. Este é o campo da investigação criminal e vamos para as questões da segurança interna.

Aqui o que posso e devo dizer a esta Comissão é que, naturalmente, é um motivo de avaliação da ameaça em permanência. Agora, também é certo que da parte da investigação criminal e dos órgãos responsáveis, em concreto Ministério Público e Polícia Judiciária, tem vindo a ser transmitido que nada tem sido identificado a este nível e nesta linha de investigação que coloque em causa ou contenda com a segurança interna. Isto tem vindo a ser reiterado com este reforço.

Por isso digo que, de facto, a confiança entre os parceiros vai a este nível e acho que, de facto, é importante, se não mesmo fundamental, para a segurança interna, em sede própria da UCAT.

Portanto, tem sido dito que nada, até agora, foi identificado a este nível — estamos a falar das listagens do que foi recuperado —, contendo o projeto na segurança interna, a que acresce a seguinte mensagem: se algo já tivesse sido identificado a esse nível, já teria sido partilhado e não foi partilhado nada até agora. Este é um compromisso que, naturalmente, está assumido entre todos os parceiros UCAT.

O Sr. Presidente: — Segue-se agora o Grupo Parlamentar do BE.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasconcelos, nos mesmos termos.

O Sr. João Vasconcelos (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em nome do Grupo Parlamentar do BE, queria cumprimentar a Sr.^a Dr.^a Helena Fazenda, Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna.

Concorda a Sr.^a Secretária-Geral que os paióis militares são estruturas críticas e que merecem a devida atenção por parte das entidades competentes, em termos de segurança?

A Sr.^a Dr.^a Helena Fazenda: — As instalações militares, pela sua própria natureza, são instalações sensíveis e todos esperamos que estejam

guardadas e salvaguardadas, nomeadamente o que lá está dentro, o material militar.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Os Paióis Nacionais de Tancos tinham, e têm, um conjunto de paióis e durante muitos anos padeceram de um conjunto de deficiências e lacunas, desde sistemas de vigilância inoperacionais, sensores e comunicações que não funcionavam ou funcionavam deficientemente, só em termos móveis, rede periférica avariada. Temos conhecimento que houve vários relatórios, ao longo de vários anos, de muitos anos, que eram conhecidos e reportados mas a que as entidades militares e outros responsáveis não deram a devida atenção, considerando que aqueles paióis eram infraestruturas de elevada sensibilidade militar, infraestruturas críticas.

A Sr.^a Doutora, desde que é Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, alguma vez tomou conhecimento ou leu algum relatório que referisse essas deficiências e lacunas nos Paióis Nacionais de Tancos?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado, relativamente a essa matéria, tenho conhecimento do relatório, creio que de março de 2018, portanto, após Tancos, que o Sr. Ministro da Defesa teve a gentileza de me enviar, e que, naturalmente li, de onde resultam sublinhadas várias das deficiências que o Sr. Deputado acabou de referir, e que no final, nas conclusões, tem um conjunto de recomendações para serem implementadas, tendo em conta as necessidades e a salvaguarda desses pontos sensíveis que são as instalações militares.

Creio que o relatório é março. Não me lembro da data mas sei que a capa, cá em baixo, tem «março de 2018».

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — E antes do furto nunca viu nenhum relatório?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Não.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Nunca teve conhecimento de qualquer relatório alegando essas deficiências?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Não, Sr. Deputado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Também veio a público que uns meses antes do furto, em março de 2017, a Polícia Judiciária Militar teria recebido informação sobre a possibilidade de um roubo numa infraestrutura militar. Teve conhecimento desta informação? Chegou a ter conhecimento dela?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Como já tive oportunidade de responder ao Sr. Deputado Diogo Leão, não, não tive conhecimento. Tive conhecimento, de facto, depois de Tancos, numa reunião, concretamente no dia 5 de julho, que teve lugar nas instalações do Sistema de Segurança Interna, com o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, a Sr.^a Ministra da Administração Interna, a Sr.^a Ministra da Justiça, o Sr. Secretário de Estado da Defesa, a Sr.^a Procuradora-Geral, o Sr. Secretário-Geral do SIRP, o Dr. Júlio Pereira, que esteve nessa reunião mas, de facto, não esteve na de 30, e todos os parceiros UCAT que já referi.

Nessa reunião, de facto, tive conhecimento da existência de um inquérito antigo, mais antigo, relacionado com esta matéria. Creio que circunscrito à zona centro do País.

Não sei se este quadro que acabo de transmitir ao Sr. Deputado João Vasconcelos coincide com o conhecimento da Polícia Judiciária Militar. Não sei, mas anteriormente a Tancos, não.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — A ter havido essa informação sobre essa possibilidade, não considera que devia ter sido informada na devida altura? Se o não foi, terá havido aqui alguma falha por parte das instituições?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado, obrigada por essa questão porque, de facto, as questões relacionadas com a partilha de informação nunca é de menos serem debatidas. Às vezes, temos de levar este tema quase à resiliência, porque, efetivamente, as instituições têm a sua maneira de trabalhar e, de facto, nem sempre é fácil despirem-se de um conjunto de maneiras de trabalhar. Mas eu, se me permitisse, repetia, de alguma forma, aquilo que já disse há pouco ao Sr. Deputado Diogo Leão.

A responsabilidade de partilhar, estando identificada a necessidade de conhecer — e este é o caso —, é de quem tem a informação. Portanto, as entidades têm de avançar neste sentido. As corporações — permita-se-me o termo — têm de avançar neste sentido porque de facto, na conjuntura europeia, internacional, em que nos inserimos e sem prejuízo de termos aqui uma atmosfera com um grau de ameaça moderado que nos dá um estatuto de País extremamente seguro e no topo dos *rankings* feitos a este nível, não é demais sublinharmos a necessidade de partilhar esse tipo de informação perante a necessidade que os outros todos e as demais entidades têm de conhecer.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Pelos vistos, não foi só a Sr.^a Doutora a não ser informada, porque o Sr. General Rovisco Duarte, anterior Chefe de Estado-Maior do Exército, também disse que só teve conhecimento

desse facto no dia 4 de julho, quando visitou os Paíóis Nacionais de Tancos juntamente com outros responsáveis políticos e militares, e até disse que ficou bastante aborrecido com esse facto.

Terá havido aqui alguma desvalorização do assunto por parte de quem tinha essa informação ou, simplesmente, não a quis dar e terá havido uma falha a esse nível, como disse?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Não posso responder pelas entidades que tinham a informação e não a partilharam. Não posso mesmo!

Não faço ideia porque também não conheço — como sabe, estou impedida de conhecer, e bem! — o que está nos processos de natureza criminal.

Portanto, com toda a honestidade, não poderei avançar mais do que aquilo que transmiti ao Sr. Deputado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — No dia 11 de julho, o Sr. Primeiro-Ministro reuniu-se com os principais chefes dos ramos militares, das Forças Armadas, e sobre esses acontecimentos referiu que não teriam qualquer impacto no risco da segurança interna e associação a qualquer de tipo terrorista nacional ou internacional, e que essas garantias lhe tinham sido transmitidas pela Sr. Secretária-Geral.

De que informações, de que dados dispunha a Sr.^a Secretária-Geral para informar o Sr. Primeiro-Ministro sobre essas mesmas declarações?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado, muito obrigada também por essa questão.

Naturalmente que informei o Sr. Primeiro-Ministro — como não podia deixar de ser perante umas circunstâncias deste tipo — do resultado do

conjunto das diligências feitas, também alavancado na avaliação do grau de ameaça efetuada.

Informei-o de que, até ao momento, não havia qualquer facto conhecido que alterasse o grau de ameaça terrorista vigente, moderado, que se mantém, repito, que se mantém. Desde Tancos até hoje, nunca tivemos uma alteração do grau de ameaça na parte relacionada com o terrorismo.

Informei-o de que iríamos todos, todas as entidades, continuar a trabalhar, reforçando a partilha de informação, a coordenação, o controle, a fiscalização, a vigilância a espaços públicos, a áreas e serviços mais sensíveis, a aglomerados de pessoas, enfim, mas que, até àquele momento, não havia dados objetivos que estabelecessem ligações ao terrorismo.

Esta mesma perspetiva foi reiterada no dia 5 de julho, na reunião a que já fiz referência, que ocorreu nas instalações e que agregou todas as entidades a que me reportei, e tem-se mantido ao longo do tempo, sendo partilhada pela investigação em sede da UCAT.

Volto a frisar que a UCAT funciona em permanência, ou seja, tem canais a funcionar 24 horas por dia, 7 dias por semana. Reúne, ao nível operacional, todas as quintas-feiras e, ao nível dos dirigentes máximos, em reuniões ordinárias de três em três meses e, sempre que entendido, em reuniões extraordinárias.

Aliás, a última informação que foi disponibilizada indicava, precisamente, que por parte da investigação não havia qualquer dado ou qualquer indício que confirmasse a utilização deste material para ações de cariz terrorista.

O compromisso que existe, repito, é o de que se algum dado aparecesse — pode aparecer amanhã, pode aparecer agora, pode estar a aparecer enquanto estamos aqui, porque estas coisas são dinâmicas e nada é imutável — seria imediatamente partilhado em sede de UCAT. Tal como se outra entidade qualquer identificar um elemento que leve a ligações a este

fenómeno também o deve partilhar. Esse é o compromisso que está estabelecido entre todos, sendo a tal responsabilidade de partilhar de quem detém a informação.

Isto foi o que transmiti ao Sr. Primeiro-Ministro, até porque, naturalmente, tinha de canalizar a informação na altura dos acontecimentos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — A Sr.^a Secretária-Geral teve acesso e conhecimento, como todos nós, do material de guerra furtado aos Paióis Nacionais de Tancos? E também teve...

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado, desculpe interrompê-lo, mas é porque, há bocado, perguntou-me se eu tinha tido acesso à lista e acho que respondi que a lista foi partilhada em sede de UCAT nessa mesma noite. Penso que respondi.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Ok, muito obrigado.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Pronto. Portanto, tive.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — E teve conhecimento de uma alegada lista de compras que teria circulado nos meios do crime organizado de tráfico de armas internacional? Também teve conhecimento dessa lista?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — A lista de compras a que o Sr. Deputado se refere está mencionada, com toda a clareza, na ata da reunião do dia 30. Tive conhecimento porque foi falado à minha frente, naturalmente!

O que posso dizer ao Sr. Deputado, com toda a certeza, é que essa circunstância foi devidamente despistada pelos serviços e não tem absolutamente qualquer ligação a Tancos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, não coincide...

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Já agora, Sr. Deputado, complementava: tal como foi falado que teria sido visto um carro nas imediações das instalações militares onde estão sediados os Paióis de Tancos, ali na zona de Vila Nova da Barquinha — que conheço muito bem, aliás! —, e que também não tem qualquer ligação àquilo que se passou em Tancos. Trata-se de um pacato cidadão que reside numa cidade próxima.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Então, podemos concluir que essa lista não coincide com o material furtado dos Paióis?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Não, não há ligação.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Penso que também já ouvi a Sr.^a Secretária-Geral dizer que soube do furto pela comunicação social. Confirma?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Totalmente. Foram as circunstâncias, de facto, e a verdade completa.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Como avalia a circunstância de os principais responsáveis políticos, militares e de os serviços de segurança saberem do furto apenas pela comunicação social? Não acha este facto estranhíssimo, de certa forma?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Acho que já respondi, de alguma forma. Naturalmente, não vou julgar como é que as entidades e as instituições atuaram.

Primeiro, espero que não volte a acontecer nada de semelhante e, para isso, temos de trabalhar todos, e muito, obviamente, a todos os níveis. Mas não me compete julgar. Continuo neste registo porque acho que é aquele que devo ter.

Sr. Deputado, tudo aquilo que puder fazer para incentivar e agilizar a troca e partilha de informação, continuarei a fazê-lo, enquanto estiver nestas funções, porque penso que é na troca e na partilha de informação que está o grande suporte e a grande salvaguarda dos níveis de segurança de que, felizmente, podemos todos usufruir: os que cá vivemos, os que nos visitam, os que decidem vir para cá por razões de segurança.

Neste momento, o RASI (Relatório Anual de Segurança Interna) está a ser elaborado e é claro que há um fluxo de imigração para Portugal por razões de segurança. Ponto! De facto, somos uma país com um elevado nível de segurança e, também por isso, olhado com um respeito muito grande, nomeadamente pelos nossos congéneres europeus.

Relativamente a essa questão, não me compete a mim julgar. Continuai a incentivar a partilha, com base neste pressuposto: a responsabilidade de partilhar é de quem detém a informação de acordo com a necessidade de conhecer. Penso que este princípio tem de ser enunciado até à exaustão, se for necessário, nas sedes próprias e na UCAT. Em casos deste tipo, naturalmente que os outros parceiros e as outras entidades têm necessidade de conhecer a informação.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Considera que terá havido alguma relação entre o roubo ocorrido em Tancos e o roubo de material de guerra noutros países?

Segunda questão: também afasta a tese de que não há quaisquer ligações à ETA?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado, agradeço essas duas questões.

Penso que os factos a que todos temos vindo a assistir, desde o dia — eu! — 29 de junho de 2017, falam por si. O material foi levado para umas dezenas de quilómetros ao lado, onde ficou, portanto... ligações a meios internacionais, quer dizer, a minha experiência — isto é uma opinião, mas baseada em factos — é de que material deste não se põe num sítio de recuo, a aguardar que apareça quem o vá adquirir. Quando uma coisa destas se processa, a cadeia já está toda montada para o escoamento, até porque o risco de ficar com o material em casa, ou na casa de um familiar, como foi o caso, é enorme.

Portanto, os factos falam por si.

Quanto à ETA, posso e devo dizer a esta Comissão que foi assunto também já debatido em sede de UCAT e nenhuma ligação foi estabelecida entre o furto de Tancos e a ETA, até porque, na altura, a ETA já estava numa situação que, felizmente, nada tinha a ver com as suas atividades em momentos anteriores. Objetivamente, nenhuma ligação.

Isto, volto a frisar, de acordo com a informação transmitida até ao momento.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — A Unidade de Coordenação Antiterrorismo, a célebre UCAT, não deveria ter reunido logo,

imediatamente assim que soube dos acontecimentos? Porquê só reunir ao fim de 48 horas?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Se se considerar que só tive conhecimento... foram 48 horas a partir do furto, mas, enquanto Secretária-Geral e Coordenadora da Unidade de Coordenação Antiterrorismo, só tive conhecimento no dia 29. Já tentei explicar, na resposta à pergunta do Sr. Deputado Diogo Leão, porque é que a reunião aconteceu na sexta-feira, dia 30, entre as 18 horas e as 18 horas e 30 minutos.

De facto, houve um conjunto de atividades que foram desenvolvidas, contactos bilaterais, reuniões presenciais, nomeadamente com o Sr. Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, no meu gabinete, antes da reunião da tarde, para a qual o convidei. Estavam a decorrer outras reuniões, e posso-o dizer, claramente, entre a Polícia Judiciária... a Polícia Judiciária Militar, depois entre a Polícia Judiciária e o Ministério Público. Aliás, na ata do dia 30, que foi remetida à Comissão, a própria Polícia Judiciária refere que tinha acabado uma reunião 45 minutos antes.

Portanto, Sr. Deputado, foi isto tudo que foi gerido. O importante era, de facto, fazer a reunião, mas o importante também, e volto a sublinhá-lo, é que a UCAT estava a funcionar e a troca de contactos e de informação aconteceu. Aconteceu em bilateral e aconteceu desta forma, mais ou menos informal. Juntámo-nos todos e sentámo-nos todos à mesa quando, de facto, houve essa possibilidade por parte de todos e após o conhecimento dos factos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Voltando um pouco atrás, a Sr. Secretária-Geral já disse que afasta a hipótese de ligações ao terrorismo internacional...

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Não sou eu, são as informações que são partilhadas que o dizem e é o compromisso, em sede de UCAT, que vai nesse sentido, em termos de segurança. A investigação depois dirá, mas aquilo que se pode projetar e repercutir em termos de segurança interna, o que é transmitido pelos parceiros e, nomeadamente, por quem tem a investigação a seu cargo é que, de facto, não há ligações a organizações terroristas.

Não sou eu. Sou eu, enquanto Secretária-Geral, que estou nas reuniões e interajo com as entidades todas, naturalmente, com os parceiros da UCAT e que, neste caso concreto, presido às reuniões. E nenhum dado é trazido, depois, naquilo que é o funcionamento permanente da UCAT; não podemos esquecer que a UCAT não funciona só em reuniões presenciais, tem meios de partilha de informação em permanência.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Mas, entretanto, a Procuradoria - Geral da República levantou suspeitas de crime de tráfico de armas internacional, terrorismo internacional, inclusivamente. Na sua opinião, não há aqui alguma contradição nestas duas posições, ou é por virem de diferentes entidades?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — É a investigação criminal que ao qualificar, como qualificou, os factos de... penso que é furto... aliás faz parte de um comunicado da Procuradoria-Geral, creio que do dia 4 de julho. Este enquadramento jurídico dos indícios, ou do que constava dos elementos que chegaram à mão do Ministério Público, consta também da ata a que nos estamos a referir. Este enquadramento jurídico abre, permite, possibilita, uma amplitude de linhas de investigação que vai também permitir meios de obtenção de prova muito mais alargados e, por seu turno, define a competência do DCIAP, concretamente nos termos do artigo 47.º, que há

pouco citei, do Estatuto do Ministério Público, n.º 1, alínea *a*). Está lá que o DCIAP é o departamento do Ministério Público competente para proceder à investigação dos crimes de terrorismo, tal como atribui competência... a partir desta qualificação jurídica fica definida a competência da polícia Judiciária, nomeadamente nos termos do artigo 7.º da Lei de Organização da Investigação Criminal e também nos termos do decreto-lei que define as competências das unidades internas da Polícia Judiciária.

Quanto a investigação criminal e linhas de investigação, vamos esperar tranquilamente, naturalmente, pela investigação, que teve vários avanços e que, neste momento, creio, já estará numa fase muito adiantada.

Quanto à questão de segurança e avaliação do grau de ameaça pelo SIS, naqueles pressupostos de que há pouco falei, o grau de ameaça é moderado, o que quer dizer que não há situações nem a possibilidade de constituição de organizações que, efetivamente, em termos de segurança interna, estejam ligadas ao terrorismo — avaliação do grau de ameaça/terrorismo.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Na sua opinião, teria havido encenação na recuperação de armas?

A Sr.ª Dr.ª **Helena Fazenda**: — Não tenho elementos sobre o que se passou e que terá sido investigado. Tenho conhecimento de que foi instaurado um processo separado para a investigação relacionada com a recuperação de armas, creio que no dia 18 de outubro de 2017, mas, da responsabilidade penal das pessoas suspeitas nesse processo, não tenho conhecimento.

Sei o que veio na comunicação social: as detenções efetuadas, a fixação de medidas de coação, muito recentemente, o acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, creio, relativamente a um dos arguidos e a uma das

medidas de coação. Mas, como o Sr. Deputado sabe, nos termos da LOIC, não posso e não devo — e ainda bem! — ter acesso aos processos nem dar orientações ao nível dos processos. Isso é da competência estrita do Ministério Público, em articulação com o OPC, o órgão de polícia criminal, que, no caso concreto, o coadjuva.

No entanto, há uma coisa que também deriva daquele compromisso das entidades UCAT, de que falei há pouco: nada desse processo se há de projetar em termos de segurança interna, porque quem tem acesso a essa informação tem o compromisso de a partilhar e nada partilhou, em sede da UCAT.

É isto que posso dizer ao Sr. Deputado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Mais tarde, após o reaparecimento do armamento na Chamusca, com base em fontes do Ministério Público, também surgiram outras notícias de que, afinal, havia mais material de guerra por recuperar, havia material de guerra à solta, que dava para fazer atentados com uma certa amplitude, ataques explosivos, etc., etc.

Face a estas notícias, considera que o grau de ameaça devia ter sido alterado ou ter-se mantido na mesma?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — O grau de ameaça mantém-se. O grau de ameaça terrorista, em Portugal, mantém-se.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — E na sua opinião?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Era moderado, continuou moderado com Tancos e continua moderado até hoje.

A minha opinião, Sr. Deputado, deriva sempre daquilo que é partilhado pelos parceiros UCAT. Não posso ter opiniões pessoais aqui,

tenho de estar alavancada, obviamente, naquele que é o resultado do funcionamento das unidades, dos mecanismos de coordenação.

A informação que tenho, que é disponibilizada, que é assegurada é a de que essa é uma linha de investigação que está ainda em curso. A questão das listagens — coincidente, não coincidente, com discrepância, sem discrepância — está ainda em curso, mas a garantia que é transmitida por parte da investigação é a de que essa circunstância não a coloca em causa. A avaliação do grau de ameaça não é, não tem, não existe, não subsiste, por forma...

Aliás, o SIS, que recolhe esta informação na sede própria, na UCAT e nos contactos bilaterais que, naturalmente, há de manter com a investigação, também não considerou que, de facto, isto tivesse qualquer impacto ao nível da avaliação da ameaça, que continua moderada.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Tenho uma última pergunta, agradecendo, desde já, todas as respostas que forneceu.

Tendo em conta todos estes acontecimentos — desde o furto de armas em Tancos, a ter surgido uma caixa a mais, segundo veio a público na comunicação social, e ao facto de, afinal, o material não ter sido todo recuperado, a crer naquilo de que tivemos conhecimento —, afinal, não considera que teria ficado em causa a credibilidade de algumas instituições, como o Exército e até os serviços de informações? Qual é a sua opinião?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Não estou em condições de julgar, não é esse o meu registo nem são esses os meus deveres. Não gosto de falar em competências, acho que o Secretário-Geral tem muitos deveres.

À pergunta que o Sr. Deputado me coloca, de facto, só posso responder com todos os dados que, com toda a franqueza e toda a verdade, já transmi

e que, de facto, resultam daquilo que os parceiros partilham, da responsabilidade que têm em partilhar.

Concretamente, no seguimento pós-Tancos, em tudo aquilo que à segurança interna diz respeito, temos, de facto, este compromisso e não foi identificado nada que coloque em causa ou tenha projeção na alteração do grau de ameaça, tal como os Serviços de Informações de Segurança têm vindo a concluir.

Relativamente ao prestígio das instituições, Sr. Deputado, não estou em condições... Não posso ter opiniões pessoais aqui, tenho de estar, de facto, inserida naquelas que são as minhas funções.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Grupo Parlamentar do CDS-PP, na pessoa do Sr. Deputado António Carlos Monteiro, a quem dou a palavra, nos mesmos termos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria começar por cumprimentar, em nome do CDS, a Sr.^a Secretária-Geral.

Esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito e aquilo que temos de fazer aqui, com os mesmos poderes de investigação que têm os órgãos judiciais, é apurar o que se passou, o que correu bem, o que correu mal e o que deve ser melhorado.

Apesar de sabermos que teve conhecimento do que sucedeu em Tancos pelos jornais, a Sr.^a Secretária-Geral disse-nos, já hoje, que não se pode retirar a ilação de que os canais não funcionam pelo que aconteceu nessa altura. Mas, Sr.^a Secretária-Geral, a verdade é que os canais têm de existir para funcionar exatamente em situações de crise; ora, Tancos foi, provavelmente, a maior crise que tivemos e eles não funcionaram. Porquê?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado António Carlos Monteiro, muito obrigada pela sua questão.

Repito o que já disse aqui, na Comissão de Inquérito, e na Comissão de Defesa, onde estive por duas vezes: nunca me admitiria omitir ou não relatar aos Srs. Deputados tudo aquilo que presenciei, que vivi, que impulsionei ou não, que poderia ter feito melhor ou pior... Não é nada disso. Acho é que não estou em condições institucionais e pessoais de julgar seja o que for.

Agora, se me permite, concordo perfeitamente que este caso, naturalmente, como todos os outros casos, em quaisquer circunstâncias, deve ter as chamadas «lições aprendidas», para que depois possamos, efetivamente, melhorar os canais.

Repito aquilo que já disse: a minha preocupação, quando tive conhecimento das circunstâncias pela comunicação social, pelos jornais *online*... Acho que foi assim que um elemento do gabinete me disse: «Está a passar...» — e é assim que hoje os jornais funcionam — «... esta informação.» E pronto, de facto, eu estava no gabinete e foi assim que sucedeu.

A minha preocupação foi imediatamente esta: «Mas o que é isto?! O que é que se está a passar?! O que é que é preciso fazer? Qual é a matéria, a recolha de conhecimento que é preciso ter já desta situação para, de facto, agilizarmos todos os mecanismos para, sem prejuízo da investigação em curso,...» — volto a repetir — «... podermos agir?»

Quando digo que não se podem pôr em causa os mecanismos, talvez eu esteja num registo que tem a ver com o seguinte, com toda a honestidade: acho que se tem feito um percurso muito interessante, em Portugal, naquilo que respeita, por um lado, à troca e à partilha de informação entre as entidades envolvidas e que integram o Sistema de Segurança Interna e, por outro lado, aos níveis de confiança entre as entidades.

O Sr. Deputado sabe que, num passado não muito distante, quando se falava destes fenómenos, tudo se reconduzia à investigação criminal: «Ficamos a aguardar a investigação criminal.»

Ora, hoje, o registo não é esse. Isto é partilhado pelos próprios órgãos da investigação criminal, que, de facto, sem porem em causa a estratégia da investigação e sem violarem dados que constam da investigação, têm assumido o compromisso, que têm cumprido, de trazer para a área que tem de salvaguardar a segurança dos cidadãos, de todos nós e de cada um dos cidadãos, em particular, aquilo que a investigação criminal vai produzindo, que pode projetar-se aqui e que pode e deve ser canalizado ao nível da avaliação do grau de ameaça; como a situação inversa também é verdadeira.

Devo dizer a esta Comissão, também para complementar a mensagem que estou a tentar passar, porque ela corresponde, efetivamente, à realidade, que, apesar de, felizmente, não termos muitos processos relacionados com criminalidades e terrorismos, ao longo deste tempo, têm sido abertos inquéritos por crimes de terrorismo. E muitos destes inquéritos, dos pouquinhos que há — este ano, o RASI vai espelhar bem essa realidade —, têm tido origem na partilha de informação por parte de outras entidades, de outras forças e serviços que não o órgão de polícia criminal competente para a investigação.

Portanto, o que pretendo dizer é que haverá, com certeza, situações a melhorar e, naturalmente, penso que esta Comissão de Inquérito tem um papel francamente muito importante a esse nível. Mas também temos circuitos que funcionam e níveis de confiança que têm vindo a ser alavancados, o que, de facto, num trabalho invisível e quotidiano, nos leva aos níveis de segurança que temos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr.^a Secretária-Geral, desculpe lá, eu percebo que não queira qualificar, mas não se pode refugiar

nisso para não dar à Comissão Parlamentar de Inquérito a informação sobre o que não correu bem em relação a Tancos.

Disse-nos que a sua antena militar era o CEMGFA. Isso significa que era o CEMGFA que tinha a obrigação de ter informado a Sr.^a Secretária-Geral do que aconteceu em Tancos?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado, o artigo 35.º da Lei de Segurança Interna refere muito claramente a articulação operacional entre as forças e serviços de segurança e as Forças Armadas é feita através do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna e do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, que até são mencionados no corpo do artigo.

Portanto, ele é o meu interlocutor e, aliás, agora com o Sr. Almirante, estamos numa fase final de redação de um documento conjunto com as orientações estratégicas de articulação entre as Forças Armadas e as forças e serviços de segurança, que há de estar pronto a muito curto prazo e que, provavelmente, vai melhorar também este aspeto.

Relativamente a Tancos, é óbvio que o que correu logo mal foi o facto de aquilo ter acontecido, não é? Qualquer atividade daquela natureza, qualquer atividade passível de pôr em causa, por um lado, a segurança interna... E segurança interna é a segurança nos limites do território nacional, mas é a segurança da União Europeia, porque somos um Estado-membro e a segurança de um Estado é a segurança dos demais Estados e a insegurança de um Estado repercute-se.

Basta ver quando acontece, infelizmente, algum incidente desta natureza em Estados-membros, de facto, a movimentação e a dinâmica em termos de troca de informação, nomeadamente em termos de UCAT, é imensa, com todas as entidades e, por sua vez, todas as entidades com as suas

congéneres. Isto passa-se às 3, às 4 e às 5 horas da manhã ou à hora que for necessário. Portanto, funciona.

Neste caso concreto, repito o que já disse: de facto, Sr. Deputado, não estou a escamotear nem a encobrir coisíssima nenhuma. O mal foi ter acontecido Tancos. Como eu soube, pode não ter sido da melhor forma, mas soube e, a partir daí, a minha preocupação foi agir.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr.^a Secretária-Geral, compreenderá que foi com a maior estranheza que nós ouvimos aqui o Sr. Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas dizer que nem sequer tinha essa obrigação e essa competência. Portanto, evidentemente, também compreendemos que, quando o Chefe de Estado-Maior do Exército, não diz nada ao Sr. Chefe de Estado-Maior General, segundo o que nos disse, dificilmente poderia dar essa mesma informação.

Mas a Sr.^a Secretária-Geral diz-nos aqui que tem funções de coordenação, mas também nos diz, ao mesmo tempo, que a responsabilidade de partilhar é de quem tem a informação. Afinal, qual é a coordenação que é possível fazer-se se quem decide o que a Sr.^a Secretária-Geral pode coordenar ou não é quem decide partilhar ou não? Como funciona essa coordenação através da qual, pelos vistos, já o sabemos, só 48 horas depois de se ter descoberto o assalto é que teve oportunidade de efetuar uma reunião?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado, não tenho responsabilidades de comando operacional. Eu, Secretária-Geral, só em condições extremas, e oxalá nunca haja um quadro em que tenha de exercer essas funções, porque, de facto, estaremos numa situação-limite. De facto, quando olho para o artigo, o que me vem à memória é sempre o seguinte: «Oxalá este artigo nunca funcione, porque é muito bom.»

Controlo? Sim, já ocorreu nomeadamente, como o Sr. Deputado sabe, através do despacho conjunto do Sr. Ministro da Administração Interna e da Sr.^a Ministra da Justiça, por exemplo, na visita de Sua Santidade o Papa.

Funções de coordenação? Pois tenho, assumo-as e tento cumpri-las o melhor que posso e sei — haverá sempre melhor e não ponho isso em causa —, através dos dirigentes máximos, como diz a lei. Repito: através dos dirigentes máximos, diz a lei!

Não vou falar com um elemento de um comando distrital ou de um comando territorial da GNR ou da PSP ou da esquadra. Não! As minhas funções de coordenação, em primeiro lugar, não são para as Forças Armadas, de todo. As minhas funções de coordenação são exercidas através dos dirigentes máximos das forças e dos serviços de segurança com quem, normalmente, falo se não todos os dias, quase todos os dias. Falo daqueles que têm maiores responsabilidades em termos de segurança, incluindo os serviços de informações, de forma formal, nas reuniões, no gabinete coordenador de segurança, UCAT, informal, bilateral, ou seja, com uma dinâmica muito grande.

Não querendo, de modo nenhum, fugir à pergunta que me colocou, penso que, de facto, esta cultura de partilha que vai permitir a coordenação é um trabalho que nunca há de estar terminado e que exige de todos nós — forças e serviços de segurança e, em concreto, do Secretário-Geral — uma insistência, uma persistência e, em alguns casos, no limite da resiliência de forma a mudar culturas e mentalidades. Isto é fundamental!

Penso que já atingimos níveis extremamente elevados de confiança e de partilha de informação, porque esta existe, Sr. Deputado. Existe nas reuniões semanais da UCAT, existe em permanência, todos os dias, com a distribuição, por canais seguros de informação, seja sobre uma matrícula, seja uma atividade suspeita, seja uma morada, seja um pedido de uma

congénere que vem através de uma entidade interna. É uma atividade diária, permanente e em constante crescimento, em crescendo.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr.^a Secretária-Geral, mas, na verdade, na reunião ordinária de dia 29 de manhã, nada lhe foi dito, segundo aquilo que nos diz acerca da reunião da UCAT. Aliás, nós pedimos essa ata e a Sr.^a Secretária-Geral não no-la enviou, dizendo que nesta não havia nada relativo a Tancos. Portanto, vamos ter de nos ficar pela palavra da Sr.^a Secretária-Geral, porque não temos a ata, apesar de a Comissão Parlamentar de Inquérito a ter requerido.

Na verdade, o que ficamos a saber é que, apesar de toda essa cooperação elogiada pela Sr.^a Secretária-Geral, nada circulou no dia 29, na reunião ordinária.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado, a ata que nós enviámos é do dia 30 e é a ata relacionada com a reunião da UCAT, dos dirigentes máximos, isto é, coordenação através dos dirigentes máximos.

A reunião do dia 29, quinta-feira, foi a nível operacional, portanto, no âmbito das chamadas «reuniões semanais da quinta-feira», na qual não consta absolutamente nada sobre Tancos, porque os parceiros não tinham conhecimento da situação e nada foi, de facto, partilhado.

Recordava ao Sr. Deputado, de acordo com a cronologia — tentei documentar-me o melhor que pude e trazer todos os elementos da forma mais concreta possível —, o comunicado do Sr. General CEME é das 12 horas do dia 29.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr.^a Secretária-Geral, ficava apenas a nota, porque há pouco nos disse que tinha a maior transparência, mas essa ata não no-la enviou, apesar de requerida.

Indo à ata que temos disponível e indo aos pontos...

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado, permite-me?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Faça favor.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Desculpe interrompê-lo. Queria apenas dizer o seguinte: não tenho nada contra o envio da ata, mas a ata tem matérias que nada têm a ver com Tancos, absolutamente nada.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Essa é que é a informação relevante!

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Nada! Nada!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr.^a Secretária-Geral, compreenderá que essa é uma decisão da Comissão Parlamentar de Inquérito, ou seja, avaliar se, efetivamente, havia ou não havia Tancos.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sim!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mesmo que não tenha! Nós requeremos a ata e a Sr.^a Secretária-Geral entendeu não enviar. É isso!

Indo à ata que temos disponível, e uma vez que estamos a falar de matéria que nela consta e sobre a qual também aqui já se falou, menciona-se a famosa lista de compras que haveria no mercado.

A Sr.^a Secretária-Geral disse-nos aqui que se excluiu a hipótese de que a lista de compras tivesse alguma coisa que ver com Tancos. Sr.^a Secretária-Geral, na lista de compras, estão LAW (*light anti-tank weapon*) e em Tancos

desapareceram LAW. Qual a razão para essa exclusão? Era bom percebermos.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado, relativamente à lista de compras referenciada na reunião de dia 30, e no contexto de uma primeira avaliação e troca de informação, o que posso dizer-lhe, porque me inteirei junto da entidade que partilha essa informação, neste caso em concreto o Sistema de Informações de Segurança, é que nada tem que ver com Tancos, absolutamente nada.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr.^a Secretária-Geral, vamos ter de ficar pela sua palavra, quando, pelos vistos, a informação lhe foi transmitida, ou seja, está a vender-nos o peixe pelo preço que comprou.

A verdade é que ficamos sem saber como é que se exclui simplesmente porque se exclui. Evidentemente, admitimos até que seja informação reservada e que, por isso, não seja fácil. A verdade, também, é que houve, pelo menos, 27 relatórios do SIS relativos ao mercado ilícito de armas de fogo em Portugal, alertando para situações complicadas.

Numa altura em que tivemos furtos de armas, das *Glock*, dos Comandos, no Regimento da Carregueira, havendo incidentes ocorridos nas bases militares de outros países também, não foi equacionada esta matéria, nem ponderada nenhuma ação?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado, posso, ainda, voltar à lista de compras, se não se importa?

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sim.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Agradeço.

Não estou a vender o peixe pelo preço que comprei, de todo.

Como já disse, não tenho opiniões pessoais, nem... Naturalmente, no âmbito das minhas funções e no contacto que mantenho em permanência com as entidades que integram o Sistema de Segurança Interna, de facto, a entidade que despistou e trabalhou este dossiê, este assunto, concluiu que nada tem que ver com Tancos. Não é a minha palavra, não é a minha opinião pessoal, é, de facto, informação que recolhi sobre esta matéria e que transmito à Comissão com a transparência total e com os elementos de que disponho. Nada tem que ver com Tancos!

Relativamente a relatórios de avaliação, sim, ao longo dos anos, houve outras situações, aliás, recorrentemente ou, pelo menos, com alguma frequência, relatadas em relatórios do serviço de informações.

Sr. Deputado, aconteceu, não devia ter acontecido, tal como não devem acontecer outros crimes que, todos os dias, acontecem, apesar de sabermos que há o perigo de acontecerem. Aconteceu, agora podemos fazer todo um nível de especulações a partir daqui. Por que razão as entidades não tomaram as devidas precauções, por que razão atuaram... Tudo isto é um campo imenso de “ses” que, efetivamente, nos pode levar às mais variadas conclusões. O que quero dizer...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Desculpe se a interrompo, Sr.^a Secretária-Geral.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sim.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas a Sr.^a Secretária-Geral é quem coordenada, não é?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado António Carlos Monteiro, pode entender que eu não coordeno.

Mas não tenho autoridade, não tenho comando sobre as forças e serviços de segurança territorialmente competentes. Eu coordeno através dos dirigentes máximos. Tem de se entender o que é o conceito de «coordenação», que é, de facto, a criação de mecanismos de interação para que as entidades interajam.

Como se sabe, há factos e circunstâncias que se passam no domínio de uma área territorialmente competente de uma determinada entidade, que podem projetar-se para outras, podem implicar competências de outras, por isso há que criar mecanismos transversais e sistemas que levem a que as entidades partilhem, coordenando-se, fazendo face ou conseguindo estancar determinados fenómenos.

Isso acontece, por exemplo, nas equipas mistas de investigação criminal todos os meses: o sistema e o gabinete, em concreto, dá a cada distrito equipado com uma equipa mista os fenómenos criminosos ou os potenciais fenómenos criminosos que possam ocorrer em determinada região, para que as entidades locais se concertem, trabalhem em conjunto e façam face a determinado fenómeno que está a emergir ou a acontecer.

Eu não tenho competências para dizer às forças e aos serviços, designadamente às forças territorialmente competentes: «Bom, tem de definir um melhor patrulhamento, tem de incidir desta ou daquela forma». Coordenar não é isso, Sr. Deputado, na minha modesta opinião. Coordenar não é isso! Também penso que, por ter acontecido o furto de Tancos, não se pode retirar a ilação de que não existe coordenação entre as forças e os serviços de segurança.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr.^a Secretária-Geral, aconteceu Tancos depois das *Glock* e depois da Carregueira. Tancos acontece depois do furto das *Glock* e depois do furto da Carregueira.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — É verdade. Repito, é verdade e oxalá que não se volte a repetir. É óbvio. Mas os crimes acontecem!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr.^a Secretária-Geral, na mesma ata são discutidos vários aspetos em termos das ações a tomar. Um deles foi a vigilância das fronteiras e o seu eventual encerramento. Foi dito que isso dependia de uma decisão do poder político.

Pergunto se isto foi equacionado. Qual foi a avaliação que foi feita? Foi consultado o poder político? Sim ou não?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Foi equacionada essa hipótese, como outras de reforço, imediatamente, porque não havendo alteração do grau de ameaça, como, há pouco, tentei dizer, o risco existia como existe, como existe agora!

Existia o risco naquela perspetiva, de facto, de que as probabilidades e as possibilidades de acontecer, e alguma incerteza sobre o que poderia acontecer, levaram a que as forças e serviços de segurança, entidades parceiras da UCAT, reforçassem todos os seus meios, através do empenhamento que entenderam, porque têm autonomia técnica e tática para o fazer, reforçando zonas mais sensíveis, designadamente as fronteiras.

Falou-se, consta da ata, com toda a transparência, mas não foi, efetivamente, equacionado, até porque toda a análise efetuada não ia, como já tive oportunidade de dizer, enquadrar-se numa circunstância que determinasse o encerramento de fronteiras. Não foi, sequer, equacionada a possibilidade de colocar a questão ao poder político, porque desnecessário.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Portanto, Sr.^a Secretária-Geral, nessa altura, não consultaram o poder político sobre isso?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Foi entendido que não havia necessidade.

Havia necessidade de articular um conjunto de medidas de reforço, de controlo de zonas mais sensíveis, aeroportos, postos de fronteira autorizados de passagem, assim se chama, tudo aquilo... a circulação de veículos, designadamente a circulação de explosivos esteve suspensa durante alguns dias. Como o Sr. Deputado António Carlos Monteiro sabe, quem autoriza esse tipo de transporte é a PSP e a PSP, naquilo que é a sua autonomia técnica e tática, decidiu suspender, durante alguns dias a concessão de autorização para circulação.

Todo o material que estava introduzido nos sistemas podia ser consultado por qualquer operador, qualquer elemento de força ou serviço de segurança na rua.

Um elemento da GNR, do trânsito, um agente de rua da PSP, o operador de fronteira, todos ficaram com acesso... a Polícia Marítima, através dos seus sistemas... Porque todos têm acesso ao grande sistema de informação que é o SIS2. Portanto, em qualquer momento, nas suas ações reforçadas de patrulhamento, de controlo, de fiscalização, de vigilância, podiam ter acesso, de facto, à informação, caso se deparassem com qualquer material ou, enfim, com o armamento que tinha sido furtado de Tancos.

Essa foi uma preocupação na primeira hora!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — A Sr.^a Secretária-Geral reporta diretamente ao Sr. Primeiro-Ministro.

A minha pergunta é: não tendo consultado o Primeiro-Ministro sobre esta matéria, que reporte é que deu ao Sr. Primeiro-Ministro, ou ao Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, na sequência de ter conhecimento do que aconteceu em Tancos e de todas estas diligências que foi desenvolvendo? Quantos contactos é que teve e o que é que foi reportando ao Sr. Primeiro-Ministro ou ao seu Gabinete.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Como já tive oportunidade de dizer, comuniquei ao Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro a realização da reunião de dirigentes máximos, ou seja, a reunião do dia 30.

Depois, naturalmente, reportei ao Sr. Primeiro-Ministro que, como já tive oportunidade de dizer à Comissão, não havia nenhum dado, nenhum facto conhecido até àquela altura que alterasse o grau de ameaça terrorista que estava em vigor, repito, moderado, e que se mantém até hoje. Informei-o de que iríamos naturalmente continuar a trabalhar, que todas as entidades das forças e serviços de segurança estavam completamente cientes e conscientes e já na posse de mais elementos na decorrência dessa reunião sobre o sucedido.

Disse-lhe também que ia continuar a ser reforçada a partilha de informação quer no sentido do reforço e da salvaguarda da segurança interna, que no sentido de se identificassem algum dado importante, com interesse para a investigação criminal, que o mesmo fosse imediatamente conduzido e canalizado para a investigação, mas que, até àquele momento, não havia dados objetivos que estabelecessem quaisquer ligações ao terrorismo.

Depois desta reunião, aconteceu a reunião de que já falei também, no dia 5 de julho, já presidida pelo Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros em que, de facto, esta perspetiva foi reiterada, tal como veio a ser sempre em todas as reuniões da UCAT que daí decorreram.

Portanto, o reporte que fiz ao Sr. Primeiro-Ministro foi este. Depois, naturalmente, a reunião do dia 5 há de ter sido reportada pelo Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr.^a Secretária-Geral, há aqui uma questão que não deixa de nos preocupar. Sabemos que Portugal é um país relativamente seguro, em todos os números a nível mundial, mas parece que há uma certa desvalorização da questão de Tancos, às vezes, na forma como foram feitas as comunicações públicas.

Repare: fala-se em excluir o terrorismo, e as declarações do Sr. Primeiro-Ministro foram nesse sentido. Na audição do Sr. ex-Secretário-Geral do SIRP, Dr. Júlio Pereira, disse que não era a primeira opção, seria a quarta ou a quinta, mas estava lá, tanto mais que o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas colocou essa hipótese em cima da mesa.

Portanto, dizer-se categoricamente que não há um problema de terrorismo... Sr.^a Secretária-Geral, percebe a questão que lhe estou a colocar, não?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Exatamente. Mas o Serviço de Informações e de Segurança não alterou o grau de ameaça!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Certo! Mas a ameaça terrorista estava na lista como sendo uma possibilidade, embora fosse a quarta ou a quinta!

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Mas o quadro definido e que consta claramente da ata, Sr. Deputado António Carlos Monteiro, é que criminalidade ligado de armas, terrorismo... aliás, foi descartada

inclusivamente pelo órgão de polícia criminal que conduziu, e que está a conduzir ainda, as investigações!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas estava na lista na altura em que a questão foi equacionada!

Isto prende-se também com outra matéria que é a seguinte: o Sr. Primeiro-Ministro desvalorizou a tese do terrorismo, a Sr.^a Secretária-Geral assume a responsabilidade de ter dado essa informação ao Sr. Primeiro-Ministro. Aliás, o Sr. Primeiro-Ministro confirmou que tinha sido a Sr.^a Secretária-Geral.

E o Sr. Primeiro-Ministro também disse, depois de haver a recuperação, que todo o material tinha sido recuperado. O que sabemos hoje é que isso é falso, porque temos as duas listagens, a do que foi furtado e a do que foi recuperado. E há material altamente perigoso que ainda não foi recuperado.

Portanto, foi a Sr.^a Secretária-Geral que também deu essa informação ao Sr. Primeiro-Ministro?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado, obrigada pela questão. Essa matéria é uma das linhas de investigação no âmbito do processo-crime que ainda corre os seus termos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas isto não tem nada a ver com a investigação!

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado, consta, repito, consta no processo-crime e é uma das linhas de investigação de que, penso, a curto prazo, saberemos qual é o desfecho.

O que posso dizer é o que já referi: essa matéria, em termos de avaliação do grau de ameaça, que é permanente, é, naturalmente, alvo da avaliação da ameaça. E, até agora, até ao momento em que entrei para esta Comissão, não tínhamos qualquer, não foi partilhado qualquer elemento, por parte da investigação, e foi assumido expressamente, de facto, nas reuniões que não tinha qualquer impacto em termos de segurança interna.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr.^a Secretária-Geral pedia que respondesse à pergunta.

Temos uma discrepância...

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Se eu falei...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): —... entre o material que foi recuperado e o material furtado. Há uma diferença! Sabemos qual é esse material, porque temos as duas listas.

Mas o Sr. Primeiro-Ministro diz que foi recuperado todo o material e não foi todo recuperado. Portanto, foi a Sr.^a Secretária-Geral que disse ao Primeiro-Ministro que tinha sido recuperado «todo o material»? Sim ou não?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Não! Não falei com o Sr. Primeiro-Ministro sobre esta matéria. Mas...

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Até porque, supostamente, Sr.^a Secretária-Geral, essa era uma matéria que deveria estar em segredo de justiça, não?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado, não falei com o Sr. Primeiro-Ministro sobre esta matéria em concreto.

O que reposto à Comissão e devo fazê-lo não é a minha opinião pessoal, são os dados, a informação partilhada em sede de UCAT por quem está a investigar também esta matéria da eventual não coincidência de listas.

O que é reportado, repito, o que é reportado é que essa matéria está ainda em investigação, mas, da investigação e dos dados que constam dela, que eu desconheço, como sabe e reafirmo, já que não posso conhecer... Não posso conhecer! É um inquérito de que nunca vi a capa, nunca lhe vi a cor!

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — As duas listas já temos!

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Ainda bem!

De facto, o que é dito perentoriamente pela investigação é o seguinte: não há, em consequência dessa circunstância das listas, qualquer dado que ponha em causa ou que contenda com o grau de ameaça ou com a segurança interna. É o que posso dizer.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, pelo Sr. Deputado Jorge Machado, a quem dou a palavra nos mesmos termos.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, queria cumprimentar a Sr.^a Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna.

Acho que, não obstante algumas dificuldades resultantes da sensibilidade da natureza do cargo, acho que já prestou um conjunto de esclarecimentos muito importante. Não vou insistir em perguntas que já foram colocadas, mas agradeço o contributo que já deu à Comissão.

Permita-me colocar-lhe a seguinte pergunta: uma leitura, da nossa parte, de que aquilo que foi a partilha de informação, e, por diversas vezes disse que quem tem a informação tem de a partilhar mas depois foi dando informações e fazendo acrescentos em relação a essa matéria, podemos concluir que, no caso em concreto, a partilha de informação não funcionou como gostaríamos que ela tivesse ocorrido? Podemos retirar esta conclusão do processo em concreto e que há matérias a melhorar, naturalmente, no que diz respeito à partilha de informações?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado, muito obrigada pela pergunta. Há sempre coisas a melhorar! Não há sistemas perfeitos e acho que isso é inerente à natureza humana. Temos de ter a humildade para reconhecer isso. Não há, não há, de todo, sistemas perfeitos.

Como eu tenho por hábito dizer e partilhar, de facto, temos de todos os dias tentar fazer mais e melhor.

Se o Sr. Deputado se refere às circunstâncias em que tomei conhecimento do caso, não tenho mais qualquer elemento para vos dar. Reafirmo que tomei conhecimento pela comunicação social, alertada no gabinete, porque, enfim, estava a trabalhar e não estava conectada com a *Internet*, logo, não estava a ver as notícias *online*.

Fui alertada e a partir daí, veio a preocupação, como já tive oportunidade de dizer.

Se deveria ter sabido por outras vias? Provavelmente as instituições devem comunicar-se. Não vale a pena... Mas eu não quero julgar as instituições, não o posso fazer por uma questão de ética e de bom relacionamento institucional. Não o quero fazer, de todo! Porque não me compete a mim fazê-lo.

As circunstâncias ocorreram. Foi mau para todos. Foi mau, sobretudo, para o País. Portanto, vamos agora reagir da forma mais adequada, mais

proporcional, mais eficaz que possamos para minorar e alavancar o que tem de ser alavancado, nesta relação que tem de ser proporcional entre a salvaguarda da segurança interna e aquilo que o órgão de polícia criminal e autoridade judiciária têm de fazer, que é responder àquelas cinco perguntas: quem?, quando?, como?, onde? e porquê?.

Foi esta a minha preocupação e foi este o meu registo.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr.^a Secretária-Geral, a sua resposta relativamente a esta matéria é elucidativa. Percebemos bem o enquadramento e a análise que fez.

Acho que também temos de tirar ilações, esta Comissão também terá essa componente e os serviços também terão, com certeza, oportunidade de aprender com esta experiência que, naturalmente, é inédita... ou, tem características muito própria no nosso País.

A determinada altura, a Sr.^a Secretária-Geral referiu que, uma vez tendo conhecimento, tomou um conjunto de medidas e as que elencou foram no âmbito da prevenção. Isto é, de limitar algum tipo de autorizações para o transporte de explosivos, reforçar a vigilância em certas áreas e estruturas críticas. No fundo, percebe-se que houve, da sua parte, uma preocupação de tentar acautelar alguma coisa que corresse mal.

Do ponto de vista da investigação — porque estávamos ainda na fase em que não tínhamos as armas devolvidas — e da proatividade no sentido da recuperação das armas, de identificar quem cometeu o crime e de tentar recuperar o material, que medidas foram tomadas em articulação com as restantes estruturas para esse efeito?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado, a primeira coisa que gostaria de reafirmar é que as entidades que integram o sistema de segurança interno, em concreto as forças e serviços de segurança e, em particular, os

parceiros UCAT, têm total autonomia técnica e tática para tomar — e já estavam a tomar! — medidas. Aliás, estão na ata, porque cada um referiu o que já estava a fazer.

O que é que aquela reunião trouxe ou poderá ter tido de mais-valia? Foi, de facto, permitir o diálogo entre todos e concertar eventuais medidas dentro daquilo que é a sua autonomia técnica e tática. O Secretário-Geral não diz ao Comandante-Geral da GNR: «Olhe que isto...». Não! Mas, tem a obrigação, o dever, de criar condições para que o diálogo seja estabelecido.

Numa situação destas, com as implicações que tinha, com o alarme que se estava já a projetar, tem o estrito dever de aglutinar todas as entidades mais diretamente envolvidas e com competências territoriais, designadamente, de *intelligence*, como os serviços de informações, quer os externos quer os internos; de criar condições para que quem tem a competência territorial de salvaguarda da segurança interna poder também aportar à investigação criminal todos os dados que fossem úteis para o esclarecimento daquela situação.

Portanto, foi nesta relação proporcional, se me permite o termo, entre aquilo que tinha de ser feito em termos de segurança interna e a salvaguarda daquilo que eram os atos de investigação que deveriam ser trabalhados imediatamente... porque todos sabemos, quem trabalhou na investigação criminal sabe, que os momentos próximos do conhecimento dos factos são fundamentais para a recolha dos indícios nessa fase.

Foi esta adequação que se tentou pôr em marcha imediatamente a seguir a ter conhecimento, quer em contatos bilaterais quer, depois, já com muitas ações desenvolvidas, dentro da tal autonomia técnica e tática, já com muito diálogo entre a autoridade judiciária competente, o Ministério Público e a Polícia Judiciária; sem interferir, naturalmente, mas dando condições para que a investigação pudesse ser alimentada da melhor forma possível, com o contributo dos demais, mas também para que a investigação desse qualquer

indício que carecesse de uma atuação imediata para obstar a que um mal maior ocorresse.

Foi isto que fizemos todos. Nós, todos! As entidades que estiveram representadas e que trabalharam diretamente.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — E, com certeza, empenho na devolução do material roubado e na resolução do crime em causa.

A determinada altura, pode suscitar a quem nos ouve alguma perplexidade... percebo que faça sentido, mas queria que nos desse mais elementos. Por um lado, os serviços de informações ou o sistema de segurança interna avaliam a situação e dizem «não há alteração do grau de ameaça, não há ligação à atividade terrorista», mas depois, do ponto de vista da autonomia do Ministério Público, de repente, há a classificação como um crime potencialmente de atividade terrorista e é acionado um conjunto de mecanismos.

Primeiro, peço-lhe que nos ajude a clarificar este aspeto: parecendo isto uma contradição, diga-nos se é ou não é.

Por outro lado, respeitando completamente a autonomia do Ministério Público, pergunto-lhe se não estaremos a utilizar, de uma forma excessiva, a classificação de terrorismo para obter meios e instrumentos processuais que normalmente não teríamos ao nosso dispor?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado, compreendo perfeitamente a pergunta e, naturalmente, também a agradeço.

Essa última parte só o Ministério Público estará em condições de responder, naturalmente. Agora, que a classificação jurídica... a qualificação jurídica, melhor dizendo, teve logo impacto direto na definição das competências dos departamentos que imediatamente assumiram...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — A investigação criminal!

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — ... a investigação criminal — muito obrigada! — é óbvio.

Percebo perfeitamente a pergunta do Sr. Deputado e eu própria queria contribuir para esclarecer o melhor que possa e saiba essa aparente contradição — aparente contradição, pelo menos em termos terminológicos —, mas, de facto, os critérios e aquilo que está inerente à avaliação do grau de ameaça é uma realidade distinta daquilo que é a investigação criminal *tout court*, em sentido estrito. A qualificação jurídica nesta amplitude abre todas as perspectivas e todas as linhas de investigação. O Ministério Público e a Polícia Judiciária, em concreto neste caso, ficam com um campo bastante alargado e com variadíssimos segmentos de investigação a poder prosseguir, com meios de obtenção de prova, que lhe alavancam a possibilidade de chegar a bom porto e de responder às tais perguntas.

A avaliação da ameaça, como já tentei explicar, tem outros contornos e outros elementos a considerar.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr.^a Secretária-Geral, agradeço-lhe a resposta e acho que percebemos. Eu tinha percebido, mas acho que era importante esta componente da resposta.

Tenho uma última pergunta para lhe colocar. Na defesa dos arguidos, no que deve ser enquadrado como estratégia da sua defesa, e em alguma comunicação social, que depois deu eco disso, falou-se, em determinada altura, de uma guerra de polícias, nomeadamente entre a PJ e a PJM, naquilo que são as competências, a investigação, a devolução das armas e toda essa realidade.

A primeira pergunta que lhe quero colocar é a seguinte: do ponto de vista daquilo que conhece — e, naturalmente, não conhece a PJM, porque

foge da sua alçada —, qual é o grau de articulação e de relação entre as diferentes forças? Acha que isso é algum problema que deva ter significado?

Como estamos a lidar com uma comissão parlamentar de inquérito sobre um assunto muito específico, pergunto ainda se alguma vez foi reportada, no âmbito dessas reuniões de coordenação, alguma dificuldade por parte da PJ no relacionamento com outras forças e serviços de segurança.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — O Sr. Deputado falou em guerra de polícias, mas eu não falei!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Não, não falou.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Ah! Muito obrigada.

Bom, resulta desta ata, e creio que isso está bem expresso a determinada altura, que a própria Polícia Judiciária anuncia — a ata é muito transparente, está cá tudo! — que tinha acabado uma reunião 45 minutos antes; e o Ministério Público também refere que a investigação tinha sido delegada na Polícia Judiciária e que contaria com a colaboração da Polícia Judiciária Militar.

Não posso dizer mais do que isto, porque não sei mais do que isto. Quanto à articulação, à coordenação, como é que ela se processou, como é que ela ocorreu, como é que os tempos a seguir se materializaram, em termos de articulação, não sei. Como o Sr. Deputado também sabe, articular os órgãos de polícia criminal no âmbito do inquérito é uma competência da esfera do Ministério Público e, portanto, tenho aí uma «vedação» da Lei de Organização da Investigação Criminal.

Não sei se respondi!?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado. Para concluir, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Silva.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento a Sr.^a Secretária-Geral dos serviços de segurança interna.

A hora vai longa, as perguntas já foram muitas, a Sr.^a Secretária-Geral já respondeu exaustivamente, mas há alguns aspetos que gostávamos de aprofundar.

Vou começar com uma citação: «Hoje, quem tem poder não é quem tem informação, é quem a sabe partilhar». Quem o disse foi Helena Fazenda, Secretária-Geral do serviço de segurança do Estado, em 11 de março de 2016. E o 11 de março teve aqui, também, uma conotação simbólica. Na mesma entrevista disse: «É preciso que se compreenda que todo este trabalho visa que nunca se chegue ao ponto de só se atuar depois do acontecimento. Numa fase em que a investigação criminal se limita a recolher a prova, a eficácia passa, necessariamente, pela deteção precoce e isso implica uma ampla fase de prevenção.»

Eram ainda cinco os pilares da estratégia nacional de combate ao terrorismo: detetar, prevenir, proteger, perseguir e responder. No nosso entender e no entender dos portugueses, claramente, no episódio de Tancos falhou a comunicação e estes pilares, pelo menos três deles, ruíram. Esperemos que não caia o edifício!

Gostava de perguntar à Sr.^a Secretária-Geral o que tem a dizer a dizer sobre este comentário?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado Rui Silva, mantenho, *ipsis verbis*, tudo o que está aí. Acho que o investimento deve ser sempre no sentido de melhorar todas as situações. Esse enquadramento é feito no âmbito do terrorismo, concretamente a Estratégia Nacional de Combate ao

Terrorismo e, de facto, tem vindo a ser feito um esforço muito grande por todas as entidades que integram o sistema e que, direta e indiretamente, têm responsabilidades em matéria de terrorismo; mais diretamente com os parceiros da UCAT, que têm desenvolvido um trabalho afincado no cumprimento da estratégia, na elaboração dos planos de ação e nas medidas de cumprimento da estratégia.

Essa foi, de facto, uma forma em que me expressei e continuaria a fazê-lo hoje, na mesma medida. Agora, se o Sr. Deputado me quer perguntar «então, se disse isto, porque é que não evitou Tancos?», digo-lhe que não vejo aqui uma relação de causa e efeito, com toda a honestidade do mundo. O que acho é que temos de trabalhar — sempre! — mais e melhor para tentar detetar as situações, e muitas são detetadas precocemente, sendo depois prevenidas, e levam a que as coisas aconteçam.

Casos como o de Tancos, e, infelizmente, outras situações de crimes, acontecem todos os dias. Mas, deixe-me também dizer-lhe que, comparativamente com outras situações, com outros países, com outras sociedades, de facto, temos de aproveitar a atmosfera de segurança em que todos habitamos e vivemos para continuar a investir, cada vez mais e melhor, no sentido daquilo que o senhor leu do que eu terei dito.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Sr.^a Secretária-Geral, vou, então, enquadrar. No meu entender e no entendimento dos portugueses, a comunicação falhou entre os vários órgãos. Foi claro! Quando, numa ata, se diz que o SIS e o Sr. Primeiro-Ministro sabiam há um ano e meio de uma lista de compras que continha material e que, depois, se veio a verificar que este era semelhante ao que foi roubado nos paióis de Tancos, como é que um português comum não fica perplexo em pensar que os órgãos de poder portugueses não tiveram tempo ou discernimento para falar com as chefias militares, no sentido de verificarem se, na nossa listagem de armamento, existia esse género de

armamento e onde estava colocado para alertar de forma prudente que esse material tivesse uma maior vigilância.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Relativamente à lista de compras que consta da ata e que o Sr. Deputado acaba de referir, o que sei é o que já disse à Comissão. Tive o cuidado, antes de vir à Comissão, de me inteirar, de me informar, confirmando, para que não houvesse quaisquer lapsos, necessariamente involuntários, da minha parte, e para que pudesse contribuir, com a obrigação que tenho em estar nesta comissão, para fornecer os contributos que tenho disponíveis, em função da minha função.

A informação que tenho é que a lista de compras com material similar ou da mesma natureza, ou não, não tem nada, absolutamente nada a ver, não tem qualquer relação com Tancos. Portanto, esta é uma informação da entidade que trabalhou o dossiê e que tirou as ilações devidas, de acordo com o cumprimento das suas competências.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Sr.^a Secretária-Geral, então isto tem a ver também com o grau de ameaça. Na mesma entrevista, há uma referência onde se diz que ainda recentemente o Diretor de SIS comunicou — na altura, ao jornal em causa — que tinha sido identificada uma ameaça do Daesh contra Portugal e, no dia a seguir, uma ministra disse que não havia qualquer ameaça.

Estávamos, novamente, em ameaça moderada. Sabíamos, há um ano e meio, que havia uma lista de compras de material e continuámos em grau de ameaça moderado. Dá-se o roubo de Tancos e continuamos com um grau de ameaça moderado.

Qual seria o acontecimento que levaria a alterar o nível de ameaça em Portugal? Quer dizer, durante este período todo, de 11 de março de 2016 até ao furto de Tancos e posteriormente ao furto de Tancos, nunca houve no

sentir das pessoas e dos organismos de que o grau de ameaça devia ser alterado? Para o português comum isto é uma verdadeira perplexidade! Com situações como as que acontecerem em França, com a situação em ebulição na Síria, como é que em Portugal, com o roubo de ordenado, para o português comum é uma verdadeira perplexidade não ter aumentado o grau de ameaça.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado, os graus de ameaça — permita-me que o repita, porque não posso deixar de o repetir — são da competência legal do SIS e estão definidos no plano de coordenação, controlo e comando operacional das forças e serviços de segurança. Estes levam em conta, para serem definidos, um conjunto de informações, conhecimentos e dados que só o SIS pode, no âmbito do que é o exercício das suas competências, explicar como se processa. De acordo com o plano de coordenação, controlo e comando operacional das forças e serviços de segurança, repito, é feito com a colaboração do SIED. O SIED é o nosso serviço de *intelligence* externo, que tem uma atividade muito grande a nível das relações com as suas congéneres e, também, com o componente militar. Portanto, há aqui um espectro imenso de canais de comunicação e tal é feito em colaboração com os órgãos de informação das forças e serviços de segurança.

É esta a expressão que está e, já agora, se me permite, também pela experiência que tenho, sei que os departamentos de informações das forças e serviços de segurança produzem uma panóplia muito grande de informação que canalizam, naturalmente, também, para o SIS, sem prejuízo das suas fontes e do conhecimento que lhe advém, também, do seu relacionamento com as congéneres e que, depois, vão levar à avaliação da ameaça. A avaliação da ameaça...

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Sr.^a Secretária-Geral, já explicou a avaliação da ameaça, já todos entendemos. Mas vou dizer-lhe o seguinte: «no entanto, e neste contexto, referiu que há cerca de um ano e meio que o SIS está envolvido com serviços congéneres estrangeiros e com conhecimento do Sr. Primeiro-Ministro na monitorização do tráfego internacional de armas, uma lista de compras com material semelhante àquele que foi furtado em Tancos».

A Sr.^a Secretária-Geral, visto que coordena todos os serviços e só teve conhecimento disto após o roubo de Tancos, se tivesse conhecimento disto, um ano e meio antes, qual teria sido a sua ação de coordenação dos serviços? Não teria alertado as chefias militares para a possibilidade de um roubo de material desta natureza?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado, se o SIS não partilhou essa informação e se o SIS conclui que nada tem a ver, absolutamente nada, com o furto de Tancos, só tenho de transmitir à Comissão a informação que tenho disponível e que é esta.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Sr.^a Secretária-Geral, não entende que o SIS devia ter falado sobre esta matéria aos Serviços de Segurança Interna?

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Se o SIS não o fez, tenho de partir do pressuposto que concluiu que não teria qualquer impacto, qualquer interação direta ou projeção na segurança interna.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Vou continuar, então, com as perplexidades que um português de senso comum sente.

Um português de senso comum, quando ouve dizer que os secretários-gerais dos serviços de informação da República Portuguesa e dos Serviços

de Segurança Interna souberam do roubo de Tancos pelos jornais, sente uma verdadeira perplexidade.

O segundo aspeto é que a UCAT, ao fim de dois dias, já sabia que não havia ligação ao terrorismo e ao crime organizado. Parece-me muito cedo e ainda não havia uma definição clara da listagem de material para se chegar a essa conclusão.

A lista de material, segundo disse a Sr.^a Secretária-Geral, foi enviada para todos os serviços, no final da reunião do dia 30, mas a verdade é que, no dia 2 de julho, os portugueses ficam a saber desta listagem pela imprensa espanhola — uma lista que foi enviada a todos os nossos órgãos mais secretos.

Para alguém do senso comum, o grau de ameaça, como disse, não era alterado quando, pela Europa, se assistia a inúmeros atos de terrorismo.

Estas foram as perplexidades com que os portugueses foram confrontados após o roubo. Agora, temos mais uma: o facto de o SIS e de o Primeiro-Ministro saberem que havia essa lista de compras e que nunca chamaram a atenção das entidades competentes, pelo menos, para avaliarem essa situação.

Há, ainda, outro aspeto que merece a nossa atenção e que tem que ver com a atuação do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro diz que, logo a seguir ao dia da constatação do furto, as autoridades nacionais e, em particular, a Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna reuniram a Unidade de Coordenação Antiterrorismo e que esta identificou que o furto nada tinha que ver com qualquer ligação a criminalidade organizada, muito menos à atividade de terrorismo.

A Sr.^a Secretária-Geral já disse aqui que deu esta informação ao Sr. Primeiro-Ministro, mas a Sr.^a Secretária-Geral do SIRP disse ontem, na

audição, que lhe foram apresentados vários cenários e que o Sr. Primeiro-Ministro escolheu este.

Gostaria que a Sr.^a Secretária-Geral comentasse esta afirmação da Sr.^a Secretária-Geral do SIRP.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado, permita-me que volte à questão da lista de compras, porque creio que questionou sobre a avaliação da situação.

A avaliação da situação da lista de compras estava no sítio certo, na entidade competente para fazer a avaliação da ameaça, que é o SIS. Portanto, era um dossiê do SIS, foi avaliado pelo SIS e foi terminado pelo SIS com a conclusão de que nenhuma implicação, nenhuma conexão, nenhuma ligação tinha com Tancos.

Sr. Deputado, comentar o que a Sr.^a Secretária-Geral do SIRP disse aqui...

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Pertence à UCAT, também, e provavelmente terá sido uma posição que lhe terá sido transmitida, uma vez que não era ela, na altura, que exercia as funções.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — O que posso — e devo — dizer ao Sr. Deputado é que a avaliação da ameaça feita a Tancos pelo SIS, de facto, contempla um documento classificado e, como em qualquer relatório de avaliação de ameaça, são colocados vários cenários, concluindo-se que, dos vários cenários relativamente ao terrorismo, o grau de ameaça se mantém em moderado. Esta é a conclusão do relatório que, de facto, é distribuído pelas entidades competentes e é isto *ipsis verbis* que lá está relativamente ao terrorismo. Era assim naquela altura, manteve-se e continua.

Se me permite, voltaria um bocadinho mais atrás, quando o Sr. Deputado me pergunta se não acho que Tancos devia ter alterado o grau de ameaça. Vamos ver, eu não tenho de achar ou deixar de achar, eu tenho de me confinar, tenho de me conformar, no bom sentido do termo, com o que os serviços de informações fazem, e que é o seu papel, de avaliação do grau de ameaça e que é de uma extraordinária importância, porque se projeta na deteção de muitos fenómenos criminosos, de muitas atuações, de muitos comportamentos que, efetivamente, depois, vêm ser estancados, precisamente, por força da atuação do SIS.

Já agora, se me permite ainda com toda a frontalidade, defendo que um Estado, em termos de segurança interna, será tanto mais forte, em termos da salvaguarda da sua segurança interna, quanto melhor, mais eficaz e de forma apetrechada funcionarem os serviços de informações. De facto, a primeira linha são os serviços que têm a possibilidade de nos indicar o caminho da deteção, cujas referências — o Sr. Deputado há pouco fez o favor de ler — em tempos tive oportunidade de fazer e que mantenho.

Relativamente aos graus de ameaça, Sr. Deputado, estes não flutuam à medida de um ou outro acontecimento. Digo-o de acordo com a definição e o conceito de grau de ameaça e, também, com o conhecimento da metodologia que leva à definição do grau de ameaça. Uma flutuação a nível do grau de ameaça causa, necessariamente, um conjunto de circunstâncias que ninguém iria perceber, se não houver, efetivamente, um motivo que leve, com base na alavancagem de situações concretas, a essa conclusão. Posso dizer ao Sr. Deputado que nós temos instaurados, em Portugal, outros crimes em matéria de terrorismo e nunca se falou que isso era um elemento que deveria determinar a alteração do grau de ameaça.

Portanto, isto é todo um conjunto de situações que têm de ser devidamente ponderadas para a salvaguarda, inclusivamente, da estabilidade, da paz pública e da projeção de Portugal no estrangeiro e diante

das suas congéneres. Nós não temos uma situação, nem de perto nem de longe, idêntica àquela que as autoridades espanholas relatam e da qual temos conhecimento, nem àquela que se vive, infelizmente, no contexto do centro da Europa. Partilho aqui, com toda a frontalidade, que já vi e já presenciei situações de partilha de colegas e de congéneres, de facto, de uma aflição e de um espectro absolutamente inimaginável para aquela que é a nossa realidade nacional, que é um ativo.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Faço apenas uma última pergunta: na sequência do conhecimento da existência de uma lista de compras, houve uma linha de investigação que apontava para o facto de quer o furto, quer o aparecimento das armas terem sido simulacros para justificar roubos sucessivos de material de guerra. Dizemos isto porque as teses, muitas vezes, desvalorizam o episódio de Tancos e até mesmo algumas afirmações do Sr. Ministro da Defesa — quando disse que, provavelmente, nem terá havido furto — dão alguma força a esta linha de investigação.

Queria saber se alguma vez teve conhecimento dessa linha de investigação e se ainda continua a existir.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado, peço desculpa, mas continua a referir-se à lista de compras?

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Não, necessariamente.

Estou a dizer que, na sequência de termos conhecimento desta lista de compras, deu-se mais força a uma linha de investigação que chegou a ser indiciada no início do processo, segundo a qual se defendia que quer o furto, quer, depois, o aparecimento das armas, foram simulacros para justificar o roubo sucessivo de material de guerra por organizações de criminalidade internacional e nacional.

A Sr.^a Dr.^a **Helena Fazenda**: — Sr. Deputado, relativamente à desvalorização de Tancos, gostaria aqui de sublinhar que, em momento algum após o conhecimento, o assunto foi desvalorizado. Tenho uma intervenção técnica e, portanto, penso que tenho a noção dos meus deveres, como gosto de dizer, e em momento nenhum tal foi desvalorizado. Tudo o que se pôs em marcha foi para concertar e para criar mecanismos de concertação entre todas as forças e serviços de segurança para que se obstasse — sei lá — o facto de se tornar, eventualmente, mais fácil a circulação da mercadoria, do armamento que tinha sido furtado.

Sr. Deputado, imagine o cenário, o mero e hipotético cenário, imagine que haveria uma deslocação de um local para outro... Sabemos todos hoje que o material foi guardado a escassos quilómetros do sítio do furto e que ali permaneceu de junho a 18 outubro, creio que foi esta a data em que houve a recuperação. A preocupação foi dotar todas as entidades, todas as forças e serviços de segurança de toda a informação disponível, cuja partilha tinha sido também potenciada naquela reunião, para que se se deparassem com um cenário desse tipo, pudessem agir imediatamente. Portanto, não houve desvalorização em momento algum. O que acabo de dizer ao Sr. Deputado é um mero cenário que tentámos todos prevenir; estamos, agora aqui, a falar do risco, no campo das hipóteses, das possibilidades, dos cenários.

Relativamente à lista de compras, não conheço, naturalmente, as linhas de investigação, senão o que deriva da qualificação jurídica de que já há pouco falei, de um espectro alargado de linhas de investigação, que vai desde o furto, à criminalidade organizada, ao terrorismo. Esperamos todos que a investigação, a curto prazo, nos dê, de facto, as tais respostas às perguntas cruciais da investigação criminal. Na relação com a lista de compras, não posso dizer ao Sr. Deputado mais do que aquilo que já disse,

ou seja, que a entidade que tratou da avaliação desta referida lista de compras concluiu que nada teve que ver com Tancos.

Muito obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado nós, Sr.^a Secretária-Geral do Sistema Interno de Segurança, Dr.^a Helena Fazenda, pelos esclarecimentos que prestou. Pessoalmente, quero agradecer-lhe, porque para estar aqui hoje a Sr.^a Secretária-Geral teve de alterar a sua agenda.

Antes de encerrar a reunião, gostaria apenas de recordar às Sr.^{as} e Srs. Deputados que teremos, na próxima terça-feira, a audição da Sr.^a Procuradora-Geral Adjunta, Dr.^a Joana Marques Vidal, na qualidade de ex-Procuradora-Geral da República.

Agora, sim, está encerrada a reunião.

Eram 19 horas e 52 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.